

# ESSA DOR CHAMADA HAITI

Pablo Gentili



CLACSO





**ESSA DOR CHAMADA HAITI**

Prefixo Editorial: 60379

Número ISBN: 978-987-722-230-2

Título: Essa dor chamada Haiti

Tipo de Suporte: Publicação digitalizada

# ESSA DOR CHAMADA HAITI

Pablo Gentili

2016, FLACSO Brasil, PPFH/UERJ  
Prefixo editorial: 60379

Gentili, Pablo

### ***Essa dor chamada Haiti***

1. ed - Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, PPFH/UERJ, 2016

ISBN: 978-987-722-230-2

1. Haiti. 2. Caribe. 3. Desigualdade social. 4. Justiça social. 5. América Latina. 6. Democracia. 7. Direitos sociais. 8. Pablo Gentili

### **Coleção Agenda Igualdade**

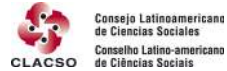
Projeto gráfico, diagramação e capa: Marcelo Giardino  
Tradução, revisão e edição: Ana Lúcia Pardo  
Assistente editorial: Margareth Dohér

Esse livro contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ, no Programa Cientista do Nosso Estado.



As opiniões desse livro correspondem aos seus autores e autoras e não necessariamente às instituições que o publicam.

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, CLACSO  
Estados Unidos 1168, Buenos Aires, Argentina



Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, FLACSO Brasil  
(Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília)  
Diretora: Salette Valesan Camba



Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, PPFH, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ  
Rua São Francisco Xavier, 524 - Maracanã, Rio de Janeiro, RJ  
Diretor: Floriano Godinho de Oliveira



[www.olped.net](http://www.olped.net)



**Atribuição (BY):** Os licenciados têm o direito de copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que dêem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes.



**Uso Não comercial (NC):** Os licenciados podem copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, desde que sejam para fins não-comerciais.



**Compartilhamento pela mesma licença (SA):** Os licenciados devem distribuir obras derivadas somente sob uma licença idêntica à que governa a obra original.



*Para Suzy Castor, com admiração e saudades, na terra da dor...*



*O golpe do verdugo me ensinou  
a andar sobre minha ferida.  
A andar... E andar mais...  
A resistir*

Mahmud Darwish, poeta palestino,  
1941-2008. (Cantor do sangue)




# ÍNDICE

Nota preliminar	11
A educação no Haiti: do abandono ao caos	17
Haiti: nosso espelho, nossa vergonha	33
A persistência do “Massacre do Perejil”	45
Cartões-postais da terra da dor	53
Entre a promessa e a esperança: três anos após o terremoto no Haiti	61
Essa dor chamada Haiti	69



# NOTA PRELIMINAR






**E**sse livro reúne alguns artigos e crônicas que escrevi durante os últimos anos sobre o Haiti. Trata-se de uma visão pessoal, ainda que informada e documentada, sobre o desastre social, político, educacional e econômico que viveu historicamente o país, e que se aprofundou com o terremoto de 2010. O Haiti é um dos espelhos onde se reflete o passado e o futuro do continente americano, a imagem, de longe sempre distorcida, da primeira nação independente do Caribe e da América Latina, o berço da soberania e da liberdade latino-americanas. Uma nação onde os escravos e as escravas semearam a terra de liberdade e cuja impertinência nunca foi perdoada pelas nações mais poderosas do planeta. Essas mesmas nações que depredaram seus recursos, roubaram suas riquezas, destruíram suas ilusões, massacraram sua população e deixaram suas estruturas corroídas e enferrujadas, prontas para se transformar numa montanha de escombros, assim que a terra tremer. Uma nação com uma classe política quase sempre corrupta, indolente, alheia ao sofrimento do seu povo. Uma nação sem nação nem cidadãos. Uma nação de dor. Uma dor que precisa de solidariedade, mas também de compreensão para evitar que o ciclo de destruição se repita cada vez que a terra treme e cada vez que os poderosos se organizam para acabar com ela.

Haiti, a terra da dor. A terra de uma utopia que lhe deu origem e que ainda hoje resiste, resiste e nunca vai deixar de resistir.

Dedico esse pequeno livro a Suzy Castor. Ela me ajudou a conhecer as complexidades nem sempre evidentes da sociedade haitiana. Ela me ensinou a amar ao Haiti e a sentir sempre uma vontade imensa de voltar e de mergulhar nas cores, na musicalidade, no sofrimento e na sempre contagiante alegria do seu povo mágico e heroico.

# A EDUCAÇÃO NO HAITI: DO ABANDONO AO CAOS





O Haiti está em ruínas. O sistema educacional do país está entre as instituições mais afetadas como consequência do recente terremoto que deixou mais de 200 mil mortos e um vendaval de calamidade. As informações fornecidas pelo governo local e por agências internacionais relatam a destruição física de mais da metade dos estabelecimentos educacionais nacionais, a morte de centenas de docentes e funcionários das escolas, além de milhares de alunos de todos os níveis do sistema. O Ministério de Educação também sofreu graves danos e a perda de técnicos e administradores que trabalhavam na gestão educacional.

O sistema escolar haitiano é a marca emblemática de uma nação em colapso.

A educação do Haiti está em ruínas. A ajuda internacional se dispõe a oferecer condições para sua reconstrução. O empenho de um importante número de agências de cooperação, governos, organizações não governamentais, igrejas, movimentos sociais e universidades do mundo todo é valioso e permite mobilizar o que talvez seja o volume mais importante de recursos econômicos já reunido pela ajuda externa como resposta a uma catástrofe. Poucos dias após a tragédia, indica-se que poderão ser arrecadados cerca de 20 bilhões de dólares de forma direta ou indireta pela comunidade internacional. Entretanto, todo esse esforço corre um grande risco de terminar em fracasso e frustração,

prepotência e arrogância, caso seja desprezada ou desconsiderada a situação vivida pela educação nacional no dia 11 de janeiro, véspera do terremoto que acrescentou um novo capítulo de desolação e morte à história do país. Essa prepotência e arrogância internacionais são conhecidas pelo Haiti desde que o país teve a impertinência de declarar sua independência da França, em 1804. Entender as condições que o sistema educacional haitiano enfrentava antes do abalo talvez possa contribuir para que uma de suas mais prováveis consequências deixe de ameaçar a já castigada população: o fracasso de novas promessas de bem-estar que consomem milhões de dólares e sepultam milhões de ilusões.

Após o terremoto, a educação haitiana se encontra, assim como o país, no mais absoluto caos. Antes dele, estava simplesmente abandonada.

## **RAÍZES DO ABANDONO**

Se o Haiti de hoje parece estar condenado ao esquecimento, a história haitiana costuma ser desprezada pelos que reduzem os processos históricos latino-americanos a uma sucessão de atos heroicos comandados por homens ilustres. Assim, ignora-se que esta foi a primeira nação latino-americana e caribenha a obter independência de um império colonial e a primeira do mundo a abolir a escravidão.

A euforia que invade nossos países pelas comemorações do bicentenário deveria ter começado há alguns anos, quando se completaram dois séculos dessa luta pela liberdade. Um acontecimento que parece hoje, de certa forma, incompreensível: um contingente de escravos venceu as tropas de Napoleão Bonaparte e assentou na América Latina os princípios do reconhecimento igualitário entre os membros de uma nação: virtude que quase todos os países do continente reconheceram formalmente somente meio século depois, e o Brasil nada menos que 84 anos mais tarde.

Essa impertinência custou caro aos haitianos. A França estabeleceu severas sanções econômicas a sua ex-colônia, impondo o pagamento de 150 milhões de francos-ouros como uma espécie de indenização. Os Estados Unidos, nação também independente, tentando evitar que a insolência haitiana se expandisse como uma peste também impôs sanções econômicas à nova nação, demorando mais de meio século para reconhecer a legitimidade de seu governo. O valor da sanção talvez perca dimensão em sua perspectiva histórica. Bill Quigley (2010) recorda com propriedade que a França vendeu todo o território da Luisiana aos Estados Unidos por um pouco mais da metade desse valor: 80 milhões de francos. Na ocasião, Napoleão se desfez de uma extensão

territorial que superava dois milhões de quilômetros quadrados do que hoje são os estados de Arkansas, Misuri, Iowa, Oklahoma, Kansas, Nebraska, Minnesota e as Dakotas do Sul e do Norte; no total, a quarta parte do atual território norte americano, além dos estados de Alberta e Saskatchewan no Canadá. Não deveria ser motivo de surpresa que um território 80 vezes maior que o do Haiti custasse a metade do valor imposto à pequena ilha como pagamento por sua dignidade. Afinal, o poder colonial mede o valor das penalidades pela eficácia que essas terão em infringir sofrimento e penúria aos povos.

O castigo Francês contra o Haiti constituiria hoje algo mais do que 21 bilhões de dólares, valor superior a toda a ajuda internacional que prometem, depois do terremoto, os países, organismos internacionais, igrejas, ONGs, movimentos sociais, sindicatos e universidades. Calcula-se que a dívida com a França só foi finalmente paga pouco antes de 1948, quase 150 anos depois da independência.

Mas o Haiti não foi apenas o primeiro país autônomo, sem escravidão e estruturalmente endividado da América Latina e do Caribe, foi também o que teve a primeira lei de educação obrigatória. Esses escravos impertinentes e corajosos sabiam que para livrar-se da opressão era preciso dominar as ferramentas do saber, construir escolas, educar o povo para fazê-lo soberano. Sabiam de tudo isso e refletiram sobre a necessidade de um sistema educacional que se adiantou em várias décadas ao que logo seria identificado pela historiografia oficial como o farol iluminista do Sul das Américas, onde seria engendrada a fundação dos modernos sistemas escolares da região. Eles sabiam de tudo isso e pensaram sobre tudo isso, mesmo que as guerras internas e os delírios protoimperiais de quem havia lutado pela independência parecessem conspirar contra esta possibilidade. Alexandre Pétion, um dos autores da luta anticolonial, presidente do país entre 1807 e 1818, promete escolas para todos os homens e mulheres livres do Haiti. No entanto, ao término de seu governo, o país contava com duas escolas de saúde, um instituto e uma escola de primeiro grau para homens (Louis, 2010).

Às limitações impostas pela precoce dívida externa foi somada a persistente incapacidade dos governos haitianos em fazer de seus horizontes de liberdade uma realidade efetiva. A instabilidade política e as contendas internas, que costumavam sacrificar a vida dos ocasionais governantes, impediram a edificação das bases de sustentação de um sistema educacional universal e progressivamente democrático. Passada a primeira metade do século XIX e depois de dez governos de diferentes presidentes, reis, imperadores e ditadores, a educação haitiana era quase insignificante se comparada à conquista da liberdade que o processo de luta anticolonial havia significado.

Em 1860, sobre o governo de Fabre Nicolas Geffrard, o Estado haitiano assina um tratado com a igreja católica para o desenvolvimento e criação de escolas em todo o país. Teria início, assim, o processo de privatização do sistema educacional nacional, beneficiado pelas vantagens oferecidas ao clero: promoção para a abertura de escolas confessionais, doação de terrenos, subsídios para o pagamento de docentes e outras contribuições que foram definindo a fisionomia de um sistema escolar marcado pelo crescimento das instituições particulares e o abandono estatal, uma característica que se mantém até hoje.

A privatização do sistema educacional avançou, então, de forma sustentada, mas os ideais universalistas que haviam sido imaginados pelos pais da pátria não tiveram avanços. No centenário da independência, dos 350.000 meninos e meninas em idade escolar, somente um pouco mais de 30.000 frequentavam uma escola pública ou particular.

Um sistema educacional abandonado à própria sorte, em um país que transitava entre o naufrágio e a opressão.

Para alguns, um país sem sorte.

## **A POLÍTICA DO ABANDONO**

No começo do século XX, menos da metade dos meninos e meninas haitianos frequentavam a escola.

Entre 1915 e 1934 o país foi ocupado pelos Estados Unidos. Os motivos para essa ação foram os mesmos que as potências coloniais sempre apresentam para justificar seus abusos. No entanto, além de aprofundar o processo de degradação econômica vivido no país, a ocupação significou uma drenagem sistemática dos recursos haitianos para os cofres de seus invasores. Uma verdadeira apropriação que se garantiu mediante o controle norte americano das fronteiras, a cobrança de impostos e a depredação de todos os bens rentáveis existentes no país.

A ocupação trouxe muito mais prejuízos do que vantagens para a população haitiana, como costuma ocorrer quando o governo dos Estados Unidos decide fundar, pelas mãos de seu exército e de sua tecnocracia, o reino da liberdade e do progresso para além de suas fronteiras. O crescimento do sistema educacional seguiu em um ritmo lento, agonizante. Enquanto a privatização escolar, ao contrário, crescia em ritmo acelerado, sendo já na segunda década do século XX praticamente irreversível. Como modesta contribuição para o futuro educacional do país, a ocupação norte-americana estruturou em 1926 a Escola de Medicina. Uma minúscula contribuição para um país que,

ainda hoje, tem uma das expectativas de vida mais baixas do mundo e se arrasta, desde sempre, com péssimas condições de saúde entre sua população. Nada de novo debaixo do sol do Caribe. Os Estados Unidos passaram como um vendaval, levando tudo que era de valor que se interpôs em seu caminho, violando direitos e dignidades, deixando algumas placas de bronze na tentativa de esconder o brilho do sol com as mãos. A educação haitiana deve muito menos à ocupação norte-americana do que a comunidade educacional norte-americana de ontem e de hoje devem a este pequeno e maltratado país. Em 1934 termina a invasão dos Estados Unidos ao Haiti, embora a ocupação se mantenha até nossos dias, com uma permanente presença e intervenção militar no país e com uma casual, paternalista e quase sempre ineficaz colaboração em recursos que, no campo educacional, apenas consolidou os processos de privatização e o desprezo estatal pelo direito à educação de todos os haitianos.

Em meados do século XX, o Haiti receberia ajuda norte-americana para “saudar” sua dívida com a França e, poucos anos mais tarde, em 1957, receberia o considerável apoio político que levou a dinastia Duvalier ao governo da nação e a manteve no poder até 1986. Uma ditadura brutal e sangrenta, corrupta e assassina, mas suficientemente útil e necessária para revestir de anticomunismo esse pedaço do Mar do Caribe, tão próximo ao temido inferno cubano, tão distante dos direitos humanos mais fundamentais e do respeito à vida. A ditadura dos Duvalier matou milhares de haitianos, multiplicou a dívida externa quase 20 vezes, saqueou os cofres públicos aumentando a fortuna da família ditadora em mais de 900 milhões de dólares; empobreceu e produziu o processo de expropriação educacional mais brutal do qual se tem conhecimento no continente, diante da indiferença do olhar de cumplicidade dos governos de algumas das nações mais desenvolvidas do mundo. Os Duvalier fugiram do Haiti com milhões de dólares em suas malas, milhares de mortos grudados na sola de seus sapatos e deixando um sistema educacional que se transformaria no mais privatizado da região.

Não se trata de um paradoxo, mas de uma cruel evidência: o país mais pobre das Américas, um dos mais miseráveis do mundo, é justamente o que possui o sistema escolar mais privatizado de todo o continente, com 90% de suas escolas sob o comando das igrejas, ONGs e pequenos empresários, com mais de 80% da população escolar estudando nelas.

Não se trata de um paradoxo. Trata-se de uma política que faz do abandono e do desprezo à dignidade humana sua missão de maior valor.

## A PERSISTENTE TRANSIÇÃO DO ABANDONO AO ABANDONO

Os acontecimentos que se seguiram na história recente do Haiti podem não ser plenamente conhecidos, embora com certeza haja suspeitas. A instabilidade política e o conturbado cenário interno continuaram aprofundando-se. Uma insurreição popular finalmente derrubou a dinastia ditatorial em 1986, expulsando Duvalier Jr. do país (O Baby Doc, como era internacionalmente conhecido, foi exilado na França gozando da imunidade e dos benefícios oferecidos pela fortuna do povo haitiano expropriada por ele e por seu pai). O governo foi assumido por uma junta militar comandada por um aspirante a ditador, Henry Mamphi, até que, em janeiro de 1988, depois de um processo eleitoral muito questionado, Leslie François Manigat se transformaria no 36º mandatário do país. Seis meses depois, Mamphi, fazendo uso de uma cerimônia militar muito frequente na região, considerou que era sua hora de governar e derrubou o frágil Manigat. A ambição de Mamphi durou pouco para ele e muito para os haitianos. Três meses mais tarde, o presidente de fato foi destituído por um conspirador profissional e, como não podia deixar de ser, militar de carreira: Prosper Avril, que se manteve no poder durante um ano e meio, sendo deposto por outro militar, o general Hérard Abraham, Comandante Chefe das Forças Armadas, o qual nomeia uma mulher para a presidência provisória do país pela primeira vez, Ertha Pascal Trouillot, juíza da Corte de Cassação e responsável pela organização das esperadas eleições livres.

Em dezembro de 1990, o povo haitiano votou.

Jean-Bernard Aristide se transformou, então, no primeiro presidente democraticamente eleito, com um avassalador apoio popular, 186 anos depois da independência do primeiro país abolicionista do mundo. Aristide havia sido um destacado sacerdote adepto da teologia da Libertação e, embora tenha conseguido escapar de várias tentativas de assassinato comandadas pelos grupos militares ou paramilitares, não pôde evitar ser expulso da Ordem Salesiana, que o considerava um incômodo, em 1988. As perspectivas e esperanças abertas no Haiti eram, sem dúvidas, enormes. Entretanto, mais uma vez, os anseios de felicidade duraram pouco. Depois de um mês na presidência, o governo de Aristide sofre a primeira tentativa de golpe militar e, antes de concluir um ano de mandato, é destituído por Raoul Cedras. Herdeiro de toda prepotência militar exercida no país, Cedras lidera a Junta Militar até 1994, fazendo uso de um triunvirato de marionetes que ocasionalmente exerceram a presidência durante este período: Joseph Nérette, Emile Jonassaint e Marc Bazin. Este último havia sido funcionário do Banco Mundial e um dos candidatos que havia disputado as eleições contra Aristide, recebendo um amplo apoio dos Estados Unidos através

da National Endowment for Democracy (NED). Em 1990, a truculenta NED, nascida graças ao apoio do Presidente Ronald Reagan em 1983 e cuja função real sempre foi a desestabilização dos governos progressistas e democráticos na América Latina e no Caribe, contribuiu para a campanha de Bazin com nada menos do que uma modesta ajuda de 40 milhões de dólares. Foi como lançar pérolas aos porcos. O candidato norte americano obteve somente 12% dos votos. Meses mais tarde, exerceria seu destino histórico como bobo da corte do regime militar, até que, com a ajuda do próprio governo norte-americano, Aristide volta à presidência num contexto de grande instabilidade e brutal violência política. Em 1995, são realizadas novas eleições presidenciais, vencidas por René Garcia Preval, primeiro ministro e companheiro de exílio do ex-padre salesiano, com 88% dos votos.

Contudo, os caminhos da política haitiana são sinuosos e complexos, altos demais para quem deseja transitar por eles através dos lugares planos, e dotados apenas de uma racionalidade linear e previsível. Aristide voltou ao poder depois de novas e questionadas eleições nacionais, no ano de 2001, agora mais próximo de Cuba e Venezuela do que dos Estados Unidos, mais interessado em atender às demandas das maiorias pobres e excluídas do que prestar atenção às exigências dos tutores coloniais que sempre guiaram os rumos do país. Entretanto, nada disso se conseguiu realizar. A violência política se estendeu a níveis extremos. A crise econômica não deixou de crescer, aumentando ainda mais os níveis de desigualdade e miséria. Uma nova conspiração voltaria a ser engendrada. Se Aristide havia retornado do exílio com a ajuda norte-americana, com a mesma ajuda norte-americana ele volta a ser retirado do governo e do país em fevereiro de 2004. O único presidente que alguma vez soube semear esperanças parte para um novo exílio, desta vez na África do Sul, deixando um vendaval de mortos, rebeliões e conflitos de grupos paramilitares e militares, policiais e milícias, com uma população indefesa e submetida aos mais brutais abusos. O país estava em ruínas, como quase sempre esteve durante o último século.

Assume o poder Boniface Alexandre, juiz da Suprema Corte. Em 30 de abril desse mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU estabelece a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Em maio de 2006, René Preval volta a assumir o enfraquecido governo. Desde então, as temporadas de furacões de 2007 e 2008 devastaram a ilha. Os furacões Noel, Ike, Gustav e Hanna deixam centenas de mortos. Em 12 de janeiro de 2010, um apocalíptico terremoto destrói 200 mil vidas, boa parte da precária infraestrutura nacional e quase todas as esperanças de poder fazer do Haiti uma terra de felicidade e bem-estar para os haitianos. Em uma de suas desorientadas e chocantes declarações públicas depois da tragédia, o presidente Preval sugeriu

que era melhor que seus concidadãos abandonassem de uma vez o que sobrava do país.

O que aconteceu com a educação neste período marcado pelas ditaduras, as intervenções externas e internas, a corrupção, a violência e a miséria, a interminável, profunda e dolorosa miséria dada ao povo haitiano?

Como mencionamos, a ditadura de Duvalier deixou uma herança de privatização educacional, brutal evidência de sua persistente violação dos direitos humanos, da militarização do Estado e da expropriação quase ilimitada da riqueza nacional. As breves administrações civis de uma democracia sempre tutelada e frágil não progrediram em quase nada para reverter esta tendência. Nem sequer conseguiram reverter as ofensivas de contrarreforma autoritária executadas pelas intervenções militares e pelo desgoverno dos poderes provisórios que se instituíram no país desde meados dos anos 80. Com a queda de Duvalier, longe da consolidação de políticas públicas democráticas e geradoras de um mínimo de bem-estar para a maioria da população excluída, aprofundaram-se ações orientadas a “liberalizar” a economia, privatizar os precários serviços públicos existentes, reduzir o gasto social e estimular “alianças” com o setor privado para dotar o raquítico Estado haitiano de maior competitividade e dinamismo na economia regional. O Haiti, prometiam, poderia se transformar na Taiwan do Caribe. Dessa forma, as melhorias necessárias no campo social seriam a consequência inevitável da modernização econômica, algo que, logicamente, nunca ocorreu.

As políticas nacionais têm sido mais do que limitadas para atender a enorme dívida social existente no país. A ajuda externa tem navegado entre as inócuas receitas para reverter a crise, o esbanjamento, a corrupção e a inoperância da burocracia nacional, assim como a ampliação de um endividamento externo que o Haiti conhece desde que teve a impertinência de declarar sua independência há mais de 200 anos atrás e foi, como afirma Eduardo Galeano, “Jogada no lixo, como eterno castigo à sua dignidade”.

## **A EDUCAÇÃO NO ABISMO**

O Censo Nacional de 2006 revelou as carências de uma população de 8,4 milhões de pessoas, quase todas elas em estado de pobreza extrema. Hoje, com quase 10 milhões de habitantes, o Haiti tem indicadores sociais alarmantes que o posicionam entre as nações mais pobres e desiguais do planeta: altas taxas de mortalidade materna (523 mulheres morrem a cada 100 mil partos), 1 de cada 8 meninos e meninas morre

antes de completar cinco anos de vida e 1 de 14 antes de completar um ano; a expectativa de vida é de 59 anos para homens e de 63 para as mulheres. A taxa de alfabetização da população adulta não chega a 60% e a dos meninos e meninas que frequentam um estabelecimento educacional não supera os 50%. Mais de 500 mil meninos e meninas em idade escolar nunca pisaram numa escola.

A falta de alimentos e o esvaziamento da capacidade produtiva do país comprometem o desenvolvimento da infância, colocando milhões de meninos e meninas numa situação precária extrema no acesso aos bens fundamentais para sua sobrevivência. A desnutrição infantil e a falta de prevenção não apenas sacrifica a vida de centenas de meninos e meninas a cada ano, mas também condicionam severamente as oportunidades educativas daqueles que têm acesso ao sistema escolar. Menos de 75% dos meninos e meninas são vacinados contra a tuberculose, 53% contra a difteria e o tétano, 52% contra poliomielite, 58% contra o sarampo e quem sabe quantos poucos contra a hepatite B.

No Haiti, os direitos da criança são pisoteados cotidianamente diante do olhar indiferente de seus governantes e da incompetência cúmplice de alguns organismos internacionais que, como o Banco Mundial e o Fundo Internacional, têm promovido políticas de ajuste que não tem feito outra coisa além de aprofundar as condições de miséria e abandono nos setores mais vulneráveis da população.

A escola pública é quase inexistente e, como afirmamos anteriormente, mais de 80% dos meninos e meninas escolarizadas frequentam uma escola particular. Estas quase sempre possuem péssimas condições de infraestrutura e nem sequer podem ser reconhecidas como estabelecimentos escolares pelos casuais visitantes de Porto Príncipe que as observam. Na verdade, antes do terremoto, um passeio pelas ruas da cidade permitia identificar que dezenas de escolas funcionavam em galpões ou no segundo andar de construções altamente precárias, misturadas com moradias e negócios, sobrepostas, espremidas, em ruínas antes mesmo que se anunciasse que a cidade de Porto Príncipe havia sido destruída por causa do tremor de terra.

A escola particular tem um custo muito alto. O país gasta menos de 2% do seu PIB em educação, sendo 65% dos gastos educacionais sustentados pelas famílias haitianas, de acordo com um relatório da Coordenação Haiti-Europa (Louis, 2010). O custo médio de uma escola pré-escolar haitiana está entre 70 dólares anuais e o de uma escola de primeiro grau 160 dólares. Um valor desmedido num país com uma renda per capita média de 414 dólares. Em outras palavras, enviar uma criança à escola de primeiro grau consome 40% da renda anual média de um adulto haitiano, supondo que este possui algum tipo de renda. Considerando que mais de 30% da população não possui emprego for-

mal ou informal, que não existem políticas assistenciais que financiem a falta de recursos derivados da inexistência de uma renda trabalhista e que somente 10% das escolas nacionais são públicas, é inevitável reconhecer a trágica insignificância do direito à educação para as famílias mais pobres no Haiti.

Por outro lado, como em todos os países latino-americanos e caribenhos, os benefícios educacionais, como a riqueza, são distribuídos de maneira muito desigual. Dos meninos e meninas que não frequentam a escola, quase 75% pertencem aos dois quintos mais pobres da população, um dado que se intensifica muito mais nas zonas rurais e, particularmente, entre a população feminina.

A reconstrução da escola pública parecia ser uma urgência democrática e um imperativo ético no Haiti, ainda que não pareça ter sido para o Banco Mundial, já que um de seus projetos, antes do terremoto, consistia em financiar as matrículas de 100 mil crianças haitianas que cursavam seus estudos em mil escolas particulares de todo o país. Certamente também não parecia ser uma prioridade do governo nacional que, em 2006, gastou a quantia irrisória de 82,9 milhões de dólares no financiamento educacional público, sendo menos da metade aplicado no ensino fundamental. As famílias pobres haitianas que não tiveram a sorte de contar com o subsídio oferecido pelo Banco Mundial deveriam arcar com algo mais que 270 milhões de dólares que foram necessários para escolarizar seus filhos e filhas. Um dado assustador, principalmente se consideramos que mais da metade da população sobrevive com menos de um dólar por dia e quase 80% com dois dólares; onde os 20% mais rico concentram mais de 60% da renda nacional e os 20% mais pobre concentram apenas 2% da renda nacional. Em outras palavras, enquanto o Estado gastou menos de 2% do seu PIB em educação, as famílias gastaram cerca de 9% do PBI para garantir a escolaridade da metade das crianças que frequentam a escola. A outra metade simplesmente não a frequenta.

O primeiro país da América Latina a possuir uma lei de escolaridade obrigatória não estabelece nem garante, ainda hoje, a gratuidade da educação em sua legislação nacional.

É nesse contexto que qualquer debate sobre a qualidade da educação, das condições de aprendizagem e ensino nas escolas, dos procedimentos e métodos de instrução, dos currículos e dos livros didáticos, pode parecer irrelevante. No Haiti formam-se pouco mais de 350 docentes por ano. Pode-se falar aqui de algo similar à “formação docente”? Por sua vez, o sistema universitário, altamente precário e frágil, produz profissionais que rapidamente abandonam o país, fugindo para a República Dominicana e, quando podem, para o Canadá, Estados Unidos ou França. Quase 85% dos haitianos com nível superior de edu-

cação saíram do país nos últimos anos, segundo dados proporcionados pelo SELA.

O tamanho do abismo que separa o sistema escolar haitiano dos valores e princípios democráticos que fazem da educação um direito, não parecem ter tirado do autismo os governos locais e as agências internacionais mais inclinadas a ver a infância como um mero produto de exportação destinado a satisfazer as carências afetivas de solidárias famílias estrangeiras, do que a vê-la como um sujeito de direitos plenos e efetivos.

O abandono se alimenta de uma política indiferente ao sofrimento de milhares de meninos e meninas que, assim como seu país, são vistos como objetos de expropriação, ou como sucatas que só pesam quando se está às portas de um naufrágio que por vezes se torna visível, apenas quando a terra treme.

## **CAOS E RECONSTRUÇÃO**

O terremoto de 12 de janeiro de 2010 destruiu a educação haitiana, a qual já se encontrava em ruínas. Entulhos sobre entulhos, destruição sobre destruição. O tamanho dos desafios encontrados é tão grande como as carências que desde antes do abalo estavam em evidência, embora estivessem silenciadas ou menosprezadas por parte dos governos locais e da chamada comunidade internacional, hoje tão visivelmente comovida diante da tragédia.

Durante os dias que sucederam ao desastre, um eco reproduziu tanto no norte como no sul: abre-se agora a possibilidade de uma reconstrução duradoura. No entanto, para que isso seja possível, não parece ser um bom caminho desprezar a experiência da má cooperação exercida por alguns organismos internacionais e os trágicos erros que sempre significou o fato de militarizar as estratégias de ajuda externa a nações que sofreram desastres sociais ou naturais. Sendo assim, é necessário estar atentos às propostas providenciais oferecidas pelos sagazes e sempre espertos funcionários dos bancos solidários ou as prepotentes ações de guerra com as quais contribuirão os exércitos imperiais mais acostumados a bombardear nações periféricas do que a reconstruí-las.

Mesmo que seja simplista proclamar que as forças da ONU devem se retirar de forma imediata do país, não pode ser menos irresponsável do que deixar de colocar sob estrita avaliação a contribuição efetiva que estas tiveram para a pacificação e a reconstrução de uma nação em ruínas. A educação, uma vez mais, pode ser a chave a partir da qual poderemos pensar na edificação de um futuro

de liberdade e justiça para este país que iluminou os horizontes de igualdade no nosso continente ao fundar, dar sentido e legibilidade ao abolicionismo anticolonial.

É necessário escavar os escombros amontoados do trágico terremoto. Também é preciso escavar os escombros que existiam antes que a terra começasse a tremer. Quando a ONU instalou a MINUSTAH, essa força estava formada por 6.700 militares, 1622 agentes policiais, 548 funcionários internacionais, 154 voluntários das Nações Unidas e 995 funcionários nacionais. Nenhum professor.

É necessário rever, avaliar, ponderar com cuidado e com rigor sobre o teor da ajuda internacional oferecida ao povo haitiano em matéria educacional. Não apenas porque a aspiração à repetição de más experiências por parte dos organismos internacionais pouco tem ajudado a superar as demandas educacionais dos países mais pobres, mas também porque boa parte dos recursos destinados a estes programas costumam não ser outra coisa que mera pirotecnia propagandística. O Haiti recebia, em 2006, nove dólares por ano de ajuda internacional para a educação básica por cada criança em idade escolar, bem menos que a República Dominicana, que recebia 32 dólares e a Nicarágua, que recebia 97 ou a Guiana, que recebia 52.

Antes do terremoto, apenas alguns poucos países mandaram para o Haiti algo mais do que armas, blindados e uniformes de batalha. Cuba, como sempre, deu seu exemplo de solidariedade, contribuindo com mais de 400 médicos e paramédicos, os quais estavam no país trabalhando arduamente em 11 de janeiro, véspera da tragédia, e puderam contribuir grandemente no socorro e auxílio às vítimas.

O Haiti precisa de ajuda e já precisava muito antes do terremoto. Os furacões e ciclones que arrasaram o país há poucos anos atrás tinham destruído centenas de escolas e não foi feito muito por elas. Quase uma centena de crianças morreu quando uma escola caiu em Porto Príncipe em novembro de 2008. Esse dia a terra não tremeu. A escola caiu simplesmente porque, como quase todas, havia sido mal construída. A notícia durou poucos dias nos jornais e ninguém juntou dinheiro para ajudar às famílias das vítimas. Nem se quer chamou a atenção que esta escola tivesse o nome de “La Promesse”. Dias mais tarde, outro edifício escolar caiu. O assunto deixou de ser notícia porque já sabemos: o que se repete de forma sistemática deixa de ser atrativo em matéria jornalística. E uma vez mais, todos nos esquecemos do Haiti. Novamente, exercendo nossa obsessão pelo esquecimento e nosso habitual desprezo aos mais pobres do planeta.

Assim como nos esquecemos dos soldados do Sri Lanka que serviam nas forças da ONU e que, graças à corajosa ação de um conjunto de organizações de mulheres haitianas, foram expulsos do Haiti por

causa dos repetidos estupros em meninas indefesas, aquelas meninas que eles, os soldados da MINUSTAH, deviam proteger e tratar com respeito e dignidade. Esquecemo-nos dessas meninas e das mulheres que corajosamente as defenderam. Myriam Merlet e Magalle Marcellin, duas dessas grandes militantes, dirigentes das organizações feministas que denunciaram o abuso, foram algumas das tantas vítimas fatais do terremoto de 12 de janeiro. Quem defenderá as meninas haitianas agora, após a partida daquelas que nós nem sequer chegamos a esquecer, porque nunca chegamos a nos lembrar delas?

A violência sexual era brutal antes do terremoto. E era uma das tantas causas que explicava o abandono escolar por parte das meninas haitianas. A Brigada de Proteção de Menores contava no Haiti, em março de 2008, com 12 agentes em todo o país. Careciam de veículos para seu transporte. Uma catástrofe humanitária em uma nação onde o estupro é e tem sido há muito tempo uma arma política; onde 19 de cada 100 meninas que vivem em Porto Príncipe foram estupradas, segundo denúncias formuladas por Anistia Internacional. Uma catástrofe humanitária num país onde quase a metade dos lares tem uma mulher como chefe da família. Essas mulheres que gastam quase toda sua renda, quando a têm e quando não a têm, para permitir que seus filhos e filhas possam ir à escola, suspeitando, imaginando, sonhando que ali será possível construir um horizonte de felicidade e prosperidade.

É necessário reconstruir o Haiti com os haitianos, com suas organizações democráticas e populares. Fundar outra vez, a partir do povo e junto ao povo, essa nação autônoma que não acabou de nascer, porque não permitiram. E a educação pode ser uma boa forma de fazê-lo.

## **ENCOLHIDAS NA ESPERANÇA**


Na madrugada de 13 de janeiro de 2010, um choro estremeceu as ruas de Porto Príncipe. Minutos antes parecia absurdo poder diferenciar um dos milhares de choros que inundavam a cidade, que banhavam com lágrimas de luto e dor, tanta morte e tanta destruição, essa agonia absoluta que nasce das fendas da alma e de uma terra seca que parece querer vingar todos os crimes cometidos contra ela. Numa pequena tenda de campanha, espécie de hospital improvisado sobre os escombros da Cité Soleil, havia nascido uma menina. As lágrimas de sua mãe iluminavam silenciosamente o céu cinza desse pequeno pedaço do mundo, onde se espelham nossas diferenças, nossa impotência e nossa obsessão pelo esquecimento. O choro da menina reinava milagroso nas ruas de Porto Príncipe, enquanto sua mãe a abraçava, ainda marcada pelas feridas dos escombros que a cobriram há poucas horas na escola perto dali.

Seu nome será Lu, disse ela ao ouvido de sua filha em um crioulo doce e amoroso. A enfermeira brasileira que fizera o parto fechou os olhos e tentou evitar, mais uma vez, chorar desconsoladamente. A menina teria seu nome como forma de agradecimento. Foi o que a mãe prometera. E ali estavam elas, abraçadas, encolhidas, unidas em suas lágrimas de amor e na esperança de um futuro que, assim como sua pátria querida, também estava nascendo.

Haiti, mais uma vez, apesar de tudo, a utopia.

**HAITI: NOSSO ESPELHO,  
NOSSA VERGONHA**





**E**scombros, escombros e mais escombros acumulam-se sobre o Haiti e sobre os haitianos. Não se trata apenas das persistentes consequências do terremoto que devastou o país há apenas dois anos. São as sequelas de um processo no qual a prepotência e a arrogância internacional se associam à repetição dos erros e desatinos de uma classe política que desprezou, desde sempre, os direitos de seu povo e a história heroica que o mesmo tem como herança.

Em 2010, mais de 200 mil pessoas morriam no Haiti por culpa de uma catástrofe que de natural não teve nada. A nação mais pobre e desigual do continente americano somou ao seu histórico de penúrias um acontecimento que faria supor que nada seria, a partir daquele momento, como havia sido até ali.

O abandono e a indiferença da comunidade internacional com relação ao Haiti sofreu uma mudança inesperada. A maneira depreciativa e impassível como aquele canto do Caribe era visto deu lugar a infinitas expressões de solidariedade e incontáveis manifestações de apoio à necessária reconstrução do país. Em poucas horas, depois daquele fatídico 12 de janeiro, o mundo lançou seu compassivo olhar sobre a primeira nação negra independente do planeta, a nação que emergiu como um inspirador e solidário canto de liberdade no início do século XIX, a primeira a abolir a escravidão, a primeira a vencer um império colonial, a primeira a decretar uma lei de obrigatoriedade escolar nas

Américas. A nação que pagou caro por sua ousadia e sua dignidade durante mais de duzentos longos anos, até que um terremoto devorou o futuro de 222.570 seres humanos, quase todos eles – assim como o restante dos haitianos – muito pobres.

Há países que pretendem dar as costas para o mundo e outros para os quais o mundo dá as costas. O Haiti é um deles. Contudo, ao que parece, o terremoto fez tremer não só a precária estrutura edilícia do país, mas também a falta de vontade e a apatia com a qual o mundo olhava para essa ilha impertinente, incômoda, enfadonha. A cooperação internacional se somou às forças de ocupação militar que, sob o comando do Brasil e desde 2004, haviam sido destacadas pelas Nações Unidas para pôr fim à violência interna, estabilizar o país e contribuir para o desenvolvimento nacional.

Dois anos depois, é imprescindível realizar um balanço do ocorrido até aqui. Pondo uma atenção especial às ações desenvolvidas no campo educacional, fazer esse balanço pode nos ajudar a compreender melhor o presente e o futuro deste país tão maltratado quanto desconhecido.

Se dermos uma olhada para como é protegido e promovido o direito à educação, é possível ter uma noção mais ou menos precisa acerca de como uma determinada sociedade considera os direitos humanos, a justiça social, a igualdade e a liberdade. A educação é um espelho no qual é possível ver o grau de desenvolvimento humano de uma comunidade. E olhar o que ocorre na educação haitiana é, talvez, uma forma de chegar mais perto não apenas das entranhas de um país arrasado, mas também de olharmos no espelho de nossa própria indiferença, nossa indolência e nossa incapacidade de estremecer diante da dor alheia.

Para tentar entender o que ocorreu na educação haitiana desde o terremoto de 2010, conversei com **Patrice Florvilus**, advogado de 33 anos e ativo militante dos direitos humanos em seu país. Patrice é Secretário Executivo da Reagrupação Educação para Todos e Todas, uma coligação que luta pela defesa da escola pública e pela ampliação do direito à educação. E o faz numa nação que ostenta não apenas os mais altos índices de pobreza e analfabetismo do continente, mas também que possui o nível de privatização escolar mais estendido do planeta: cerca de 85% da oferta educacional haitiana é privada.

“Depois do terremoto, a situação da nossa educação se agravou – afirma Patrice. A privatização do sistema, que já era muito significativa, intensificou-se e tornou-se ainda mais pronunciada. Uma das primeiras medidas do governo após o terremoto foi anunciar a reconstrução de cem escolas que haviam sido destruídas. Nenhuma delas era pública. Passaram-se dois

anos e ainda não há nenhuma escola pública reconstruída. Há escolas públicas em construções pré-fabricadas ou algumas que foram consertadas precariamente, mas não há, nem parece que haverá, um plano para a reconstrução das instituições públicas de ensino que, como você sabe, já estavam em uma situação crítica antes do terremoto”.

Patrice tem razão. O desmoronamento das escolas no Haiti já era um fato frequente antes de 12 de janeiro de 2010. As precárias condições de infraestrutura e o inexistente controle público faziam que as escolas, assim como outros tantos edifícios, desmoronassem mesmo sem que a terra tremesse, gerando tragédias pouco conhecidas fora do Haiti.

“Além disso, tampouco foi reconstruída a estrutura universitária. Do total de campus da nossa única Universidade pública, a Universidade Estatal do Haiti, em Porto Príncipe, 11 foram destruídos com o terremoto. Nenhum deles foi reconstruído até o momento. No interior havia muitos institutos de educação superior que também sofreram grandes estragos, mas nada melhorou desde então. A República Dominicana contribuiu com a construção de uma Universidade no Norte do país, recentemente inaugurada. Houve um grande debate sobre seu caráter – se ela era pública ou não – até que, finalmente, ela foi incorporada à Universidade Estadual. O curioso é que a nova unidade se encontra em Limonade, Cap-Haitien, uma zona franca a mais de duzentos quilômetros da capital. Em Porto Príncipe, nossa infraestrutura e nossas condições de trabalho universitário são péssimas, mas está sendo construída uma nova unidade da universidade em uma zona franca porque se diz que é nesse local que as empresas precisarão dos futuros graduados. Graças às vantagens fiscais oferecidas pelo governo, supõe-se que ali haverá indústrias e que elas precisarão de pessoas com estudo superior. Foi essa lógica tecnocrática do capital humano que motivou a construção de uma nova instituição no Norte do país, sem que tenham sido melhoradas as condições que temos em Porto Príncipe”.

A história se repete primeiro como tragédia, depois como farsa, disse Marx, certa vez. No Haiti, parece repetir-se como tragédia e como farsa, simultaneamente. O novo governo anuncia: *Haiti is open for business*. Talvez dentro de alguns anos, se os atrativos e as promessas do industrialismo fracassarem na ilha, a culpa será colocada na universidade ou na falta de formação profissional orientada às demandas do mercado.

Agora que o Haiti se abre como janela de negócios diante dos olhos solidários das empresas mundiais, não demorarão a surgir as mesmas explicações que os economistas costumam oferecer quando precisam justificar por que a economia não serviu para ampliar a felicidade ou o bem-estar da maioria da população. A culpa, como sempre, é da escola e dos professores.

A Universidade do Estado do Haiti permanece como um incômodo resquício do passado. Para acabar de sepultá-la, inventa-se outra, longe, visando o novo Haiti, desta vez *open for business*.

Assim como a imprensa internacional informou no começo do ano passado, voltou ao país Jean Claude Duvalier, conhecido como *Baby Doc*, o sanguinário ditador que governou o Haiti entre os anos 1971 e 1986. Além de milhares de assassinados e incontáveis violações aos direitos humanos, a família Duvalier é acusada do desvio de milhões de dólares do tesouro nacional e de haver montado uma ampla rede de corrupção e grupos de extermínio. Embora devesse cumprir prisão domiciliar, Duvalier circula livremente pelo país. Poucos dias depois de iniciado o presente ano, o ditador se reuniu com um grupo de estudantes da Universidade Estadual do Haiti, somando mais destroços às suas ruínas. No último mês de dezembro, havia ido ao norte do país para ser padrinho de formatura de um grupo de jovens advogados. Duvalier, padrinho de jovens advogados no país cujos direitos ele mesmo massacrava e violou até se cansar? São a tragédia e a farsa, mais uma vez, unidas.

Os escombros sobre os quais jaz a escola pública haitiana são os mesmos que sepultaram as ilusões de mais de 38 mil meninos e meninas, alunos e alunas de tantas escolas, e de seus 2 mil docentes e profissionais da educação que perderam a vida com eles.

Como é possível educar nessas escolas ainda não reconstruídas materialmente e destruídas emocionalmente? – pergunto a Patrice, tentando entender o incompreensível. Ele me olha com olhos imensos e iluminados por uma extraordinária vitalidade. Permanece em silêncio por alguns segundos.

“É muito difícil, muito difícil... Tudo é muito difícil para essas crianças. Há escolas que foram levantadas com instalações pré-fabricadas sobre os escombros dos antigos edifícios. No mesmo lugar onde estavam alguns de seus companheiros agora mortos, volta-se a estudar, tentando seguir adiante. Mas como fazê-lo? Imagine o impacto psicológico para essas crianças e para esses jovens. Tudo é difícil porque a dor é profunda, muito intensa. Você pode imaginar”.

O espanhol de Patrice escorrega em um francês inundado de Caribe. Suas mãos se movem tentando explicar o inexplicável. Essa dor é imaginável. Essa dor é impossível de contar. Como é possível sentir a dor dessas almas destituídas?

Patrice continua me olhando com olhos brilhantes que refletem dignidade, decência, pudor, coragem perante o espanto. Eu me sinto ínfimo, diminuto, microscópico e muito envergonhado. Não quero que ele perceba que comecei a chorar.

“Por isso – ele continua – muitos jovens continuam e continuam indo embora do Haiti. Eles fogem. Fogem. Procuram alternativas, alguns querem simplesmente esquecer. Vão embora para apagar de sua consciência o que viram e o que viveram. Alguns, para nunca mais lembrar que são haitianos”.

A memória dos mortos percorre as ruas do Haiti e habita as escolas. Reconstruí-las irá supor algo mais do que apenas colocar tijolos sobre tijolos. O Haiti nos lembra, de uma forma desapiedada, do que nunca deveríamos ter esquecido: a construção de uma escola pública é um projeto coletivo no qual está em jogo o destino democrático de uma nação. No Haiti, antes do terremoto, a escola pública e os direitos que lhe conferem razão de ser, estavam em pedaços. Dois anos depois do terremoto, pouca coisa mudou. Ou sim: talvez as coisas estejam um pouco piores, embora, como sabemos, *Haiti is open for business*.

Tento fazer uma pergunta que me permita recuperar certa distância com minha própria vergonha. Há algum plano ou programa de apoio do Governo para enfrentar essa situação, apoiando aos jovens e às crianças desamparadas?

Patrice esconde a graça que lhe causa minha estúpida pergunta. Ele sorri disfarçadamente.

“Não, não há planos para apoiar as crianças cujos pais morreram no terremoto. Para os professores, evidentemente, acaba sendo muito difícil trabalhar com elas. Não sabem muito bem como fazer isso. Depois do terremoto, algumas organizações começaram a desenvolver programas de apoio psicológico para crianças e jovens, mas foram retirando-se pouco a pouco e já não resta quase nenhum”.

A educação no Haiti é privada. O sofrimento de seus meninos e meninas também.

Poucas semanas depois do terremoto, a população que havia perdido suas casas foi transferida para imensos assentamentos nos quais ainda permanece. Segundo estimativas da UNICEF, existem mais de

600 mil pessoas em assentamentos precários, das quais 250 mil são crianças. Como funciona a educação nesses lugares? – pergunto.

“Nos assentamentos há escolas em instalações pré-fabricadas. Mas são poucos os assentamentos que têm escolas públicas. O Estado não oferecia educação antes do terremoto e grande parte dessas crianças que hoje estão nos acampamentos frequentavam as escolas privadas que também foram destruídas. Agora há escolas privadas pré-fabricadas nesses campos de refugiados. E é necessário pagar para estudar nelas”.

Em boa parte da América Latina, a escola pública é uma escola pobre para os pobres. No Haiti, grande parte dos pobres deve gastar sua pequena renda, derivada geralmente de atividades informais, na educação de seus filhos. A média de custo de uma escola é de 90 dólares anuais. Pouco, se comparada aos valores de qualquer escola privada no restante da América Latina. Porém muito, muitíssimo, para uma população cuja grande maioria é desempregada ou possui um emprego precário, sem renda ou com um salário não maior do que 2 dólares diários.

“O novo governo afirma que defende a educação gratuita – continua Patrice. Sustenta que serão incluídas quase 1 milhão de crianças na escola, mas se trata de um engano. Antes do terremoto tínhamos mais de 500 mil crianças fora do sistema educacional e, depois do terremoto, temos 400 mil a mais. Isto quer dizer que o governo espera solucionar a exclusão educacional. Não está errado, claro. O problema é como fazê-lo. A proposta da administração de Michel Martelly é ampliar a gratuidade da escola seguindo a receita proposta pelo Banco Mundial: dando subsídios às escolas privadas para que os alunos não paguem. Pretende-se fazer que a escola privada seja gratuita, e não expandir a educação pública para todos. Não se quer ampliar a oferta pública, mas expandir a gratuidade para os usuários, transferindo para o Estado o custo do ensino privado. Há um processo de seleção das escolas que podem receber esse subsídio, porque o Ministério paga-o diretamente às próprias instituições privadas, segundo o número de alunos matriculados. Isto, obviamente, em um país como o nosso, gera muita corrupção e muito clientelismo. Além disso, com um subsídio de menos de 100 dólares por ano, imagine a qualidade da educação oferecida a essas crianças. O que é importante ressaltar é o fato de que o governo nunca fala da educação como um direito fundamental nem se refere à escola como uma instituição pública que deve ser ampliada”.

Junto com a denominada “cooperação internacional”, chegaram ao Haiti uma infinidade de promessas sobre os recursos que seriam destinados à reconstrução do país. As necessidades, segundo as cifras oficiais, chegam a mais de 10 bilhões de dólares. A “reconstrução do sistema educacional”, eufemismo utilizado para referir-se à necessidade de que o Haiti volte a dispor do conglomerado precário de instituições que tinha antes que o terremoto destruísse mais de 4 mil escolas, 80% das existentes, custará um pouco mais de 2 bilhões de dólares.

A comunidade internacional se sensibilizou, embora, como costuma ocorrer, os resultados até o momento tenham sido muito mais modestos do que as veementes declarações de boas intenções formuladas pelas agências de cooperação atuantes no país.

Chegam ao Haiti muitos recursos destinados à reconstrução do país, embora boa parte deles só sirva para sustentar a própria cooperação internacional, em um curioso círculo antropofágico que recreia o mito do monstro que devorava monstros e, ao ver-se em um espelho, devorou a si mesmo. Um dos maiores custos da cooperação costuma ser o funcionamento da própria cooperação: seus consultores, técnicos, especialistas e o que eles gastam quando estão fora de casa. Os países mais ricos contribuem com dinheiro para o desenvolvimento e também para os especialistas e empresas que gastarão boa parte desses recursos antes que os beneficiários do suposto progresso cheguem a ver seus frutos. Para boa parte dos haitianos, o resultado de terem despertado o interesse internacional costuma ser visto como uma nova forma de invasão.

Além disso, os recursos das principais agências de cooperação que atuam no Haiti são escassos frente aos desafios a serem enfrentados. O principal doador no país depois do terremoto foi o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que, com contribuições próprias e de outros contribuintes bilaterais e entidades filantrópicas, colaborou com cerca de 150 milhões de dólares para a educação haitiana desde janeiro de 2010 até o momento. Uma considerável quantia, mas que só cobre 7,5% das necessidades declaradas. Da mesma maneira, a UNICEF, cujo trabalho e intervenção é de fundamental importância nesses casos, estabeleceu uma meta de mais de 86 milhões de dólares para atuar em programas de proteção à infância durante o ano de 2011. Obteve apenas 50 milhões. Os recursos previstos pela UNICEF para o ano de 2012 são US\$ 24.105.000, a metade do período anterior, 1% do necessário para reconstruir o sistema educativo nacional. A UNESCO, a poucos dias do terremoto, anunciou a necessidade de desenvolver um plano de apoio à educação e à cultura haitiana, o qual está avaliado em mais de 200 milhões de dólares. Evidentemente, as dificuldades econômicas que o órgão das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

e a Cultura enfrenta atualmente se traduzirão em dificuldades à implantação desse plano. Em diversas oportunidades, a Diretora Geral da UNESCO, Irina Bokova, reclamou firmemente do limitado empenho de muitos doadores e agências internacionais com relação ao Haiti: poucos recursos e pouca coordenação foi sua mensagem. A enviada especial da UNESCO ao país, Michaële Jean, expressou o mesmo sem rodeios: “O Haiti precisa de ajuda, não de esmolas”.

Nesta mesma direção, Patrice indica uma questão de grande importância:

“Há uma cacofonia na cooperação internacional no Haiti. A superposição de projetos, interesses e iniciativas é total. E a educação é o âmbito no qual isso se vê com mais clareza. Se você faz parte de uma ONG e chega ao Haiti para desenvolver um projeto educacional, deveria, primeiramente, consultar as autoridades locais sobre sua pertinência e viabilidade. Mas isso quase nunca é respeitado. Cada um chega com seu dinheiro e começa a fazer o que quer, em uma sobreposição de ações que nem sempre ajudam a quem supostamente deveria ser ajudado. O certo é que são pouquíssimas as ONGs que contribuem com a reconstrução da escola pública haitiana. Sem regulação e sem um planejamento que permita coordenar estas ações, muitos esforços se perdem ou acabam beneficiando mais às organizações que chegam ao nosso país do que aos próprios haitianos”.

Já faz quase oito anos que Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai dispõem de efetivos militares na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, a MINUSTAH (por sua sigla em francês). Embora tenha havido esforços por parte desses países em projetos de cooperação que permitam reconstruir a infraestrutura nacional, o principal eixo da ajuda ao Haiti tem sido a presença de tropas militares na ilha. Certamente, não deveria chamar a atenção que um país como os Estados Unidos gaste mais dinheiro mantendo seu exército no Haiti do que na ajuda humanitária a uma população que, desde sempre, viu seus direitos serem violados. Seu longo histórico de intervenções militares dentro e fora da América Latina evidencia esse fato.

Entretanto, o fato de que o mesmo também ocorra entre os países latino-americanos não pode ser ignorado: o custo da manutenção das tropas argentinas, bolivianas, brasileiras, chilenas, colombianas, equatorianas, guatemaltecas, paraguaias, peruanas e uruguaias no Haiti é infinitamente superior à contribuição que todos esses países fazem,

em recursos materiais e humanos, para promover ações destinadas a melhorar a assistência sanitária, o acesso e a permanência na escola, a construção de moradias e a proteção da infância. Denunciar o fato de que o exército americano no Haiti não respeita os direitos humanos pode dar vazão à nossa indignação anticolonialista. Entretanto, temo que isso não seja suficiente para deixar de reconhecer que a América Latina enviou a raposa para cuidar das ovelhas, como se não tivéssemos qualquer conhecimento do assunto e, obviamente, pouquíssima memória. Confiar que qualquer um de nossos exércitos poderá proteger e promover no Haiti direitos e liberdades que pouco foram respeitados em nossos próprios países pode ser temerário. Que a América Latina, diante das crises humanitárias, tenha como única estratégia de intervenção comum seus questionáveis exércitos parece uma brincadeira de mau gosto. Mas não é. A presença de tropas latino-americanas no Haiti não apenas supõe um problema sério e complexo sobre a qualidade da nossa cooperação internacional, mas também evidencia a fragilidade dos princípios éticos sobre os quais deveríamos desenhar um futuro de integração e solidariedade entre nossos povos.

A educação é um espelho, embora as imagens refletidas nele sejam, muitas vezes, percebidas como foscas, difusas e borradas.

Hoje, quando os povos latino-americanos festejam o bicentenário de suas independências, o Haiti é o espelho no qual devemos olhar para nós mesmos. Um espelho no qual podemos observar que, diante de uma catástrofe, temos nos conformando em mandar muito mais militares do que médicos, professores, engenheiros, especialistas em agricultura familiar, trabalhadores sociais, defensores dos direitos humanos e jovens dispostos a oferecer toda sua energia e compromisso na construção de um futuro melhor. O Haiti é o espelho no qual podemos olhar para nossas próprias fraquezas e não apenas para a força, o oportunismo ou a indiferença dos países mais ricos e suas agências de cooperação.

Haiti: nosso espelho, nossa vergonha.

“Não fique assim. Nós somos um povo que luta e não se cansa de lutar – afirma Patrice, tentando fazer com que eu não me deprima. Nós nos tornamos independentes em 1804 sozinhos, antes de todos e graças à coragem do nosso povo, sem a ajuda de ninguém. Pudemos fazer isso e poderemos repetir a façanha. Eu lhe garanto. Tentaram nos roubar quase tudo no Haiti, mas não conseguiram roupar nossas utopias. Somos um povo de luta e que não se cansa de lutar, lembre-se disso”.

Ele me diz e ri animado.

Ao terminar a conversa, saímos em silêncio pelas ruas de Porto Alegre, onde nos encontramos há poucos dias para participar do Fórum Social. Ele havia me pedido que o acompanhasse ao Mercado Público Central. Enquanto caminhávamos, Patrice começou a cantar uma doce música em seu *creole* querido. Seus olhos, agora, brilhavam muito mais.

“Para nós, cantar é uma maneira de somar forças, energias. É uma forma de viver. Cantamos porque cantando somos mais e mais, cada vez mais. Cantamos para não estar sozinhos, para lembrar, para não deixar de sonhar... Ouangolo ou ale / kilè ou va vini wè m ankò ou ale / Ouangolo ou ale / kilè w va vini wè m ankò ou ale / Kilè w va vini wè ankò / Peyi a chanje / Kilè w va vini wè m ankò / ou ale...”

# A PERSISTÊNCIA DO "MASSACRE DO PEREJIL"



**E**m outubro de 1937, o ditador dominicano Rafael Trujillo conduziu um dos fatos mais brutais e desconhecidos da história do Caribe: o “**Massacre do Perejil**”.<sup>1</sup>

Disposto a solucionar o que considerava ser o “problema haitiano”, Trujillo mandou assassinar mais de trinta mil homens, mulheres, meninos e meninas haitianos que viviam na República Dominicana, quase todos exercendo trabalhos rurais em condições de escravidão. Supunha-se que a “invasão” haitiana representava uma grave ameaça política, econômica e cultural à sociedade dominicana. E Trujillo estava disposto a dar um fim a essa situação. Em poucos dias, milhares de haitianos e haitianas foram massacrados pelas forças militares e policiais dominicanas com tochas, pistolas, facas e pedaços de pau. Contaram com o auxílio dos prefeitos locais, nas zonas de fronteira, e de muitos civis. Seus corpos foram jogados num pequeno rio amaldiçoado por tragédias e desencontros. Trata-se do Rio Dajabón, cujos 55 quilômetros separam a fronteira haitiana da dominicana desde 1776. Um rio miserável e nauseabundo, devido à história e ao sangue que tingiu sua corrente cada vez mais insignificante.

---

1 Mantivemos o termo em espanhol “*perejil*” (salsinha) já que ele é fundamental para a compreensão do relato apresentado neste capítulo. Em espanhol, a palavra “perejil” se pronuncia com um **j** muito forte e carregado. A pronúncia de palavras em espanhol com o **j** é sempre complexo para algumas línguas como o francês ou o português.

É conhecido como **Rio Massacre**.

Se “**compartilhar**” for usado como eufemismo para “dividir”, “quebrar”, “desmembrar”, “despedaçar”, “romper” ou “fragmentar”, seria possível afirmar que o Haiti e a República Dominicana “compartilham” uma ilha das Antilhas Maiores, no Mar do Caribe, a 80 quilômetros de Cuba. Estão divididas por 360 quilômetros de fronteiras, semeadas de morte e de dor.

Não há como diferenciar um haitiano de um dominicano se ambos estiverem em silêncio. Trujillo sabia disso. Por esse motivo, para reconhecer os inimigos da pátria, pediu ao seu exército que exigisse a cada homem, a cada mulher, a cada jovem, a cada menino e menina que pronunciasse a palavra *perejil*. A raiz francesa do *kreyól ayisyen* permitiria identificar a repugnante origem que o exército, as elites e alguns cidadãos dominicanos atribuem aos haitianos. Pronunciar a palavra “perejil” foi a armadilha que Trujillo criou para promover uma limpeza étnica baseada em suas mais desprezíveis aspirações eugênicas.

Os únicos haitianos que não foram exterminados trabalhavam nas grandes fazendas de empresas ou milionários norte-americanos. A propriedade do império não pode ser tocada nem dentro e nem fora de suas fronteiras, incluindo seus escravos.

## **P-E-R-E-J-I-L**

O custo da pronúncia errada era a vida. E trinta mil inocentes pagaram esse preço. Com o desaparecimento de todos eles, Trujillo deu por terminado o “problema haitiano”.

A situação do Haiti não era diferente da de sempre, desde que seus habitantes decidiram ter a ousadia de ser a primeira nação negra independente de um império. Uma crise econômica profunda, a ocupação militar norte-americana (que “deixou” formalmente o país em 1934), uma grande miséria e a pertinaz instabilidade institucional gerada por sua quase sempre corrupta e ineficiente administração política. Uma situação que, embora com certas alterações, não foi muito diferente do outro lado da fronteira. Ali, além da petulante superioridade étnica e cultural que os setores dominantes dominicanos exercem sobre os haitianos, também marcaram sua história as crises econômicas, a corrupção, as ditaduras e as ocupações militares norte-americanas. Como na metáfora borgeana, os haitianos e os dominicanos não estão unidos pelo amor, mas pelo pavor.

Habitada pelas mesmas pessoas e separada muito mais pela violência do que pela língua, a história da ilha compartilhada pelos dois países está marcada pelo desejo dos haitianos mais pobres (se

é que é possível ser “mais pobre” no Haiti) de procurar um futuro digno na República Dominicana. E também pela atitude sempre cínicamente dos governos dominicanos de aproveitar as vantagens da mão de obra escrava ou semiescrava haitiana na colheita da cana de açúcar ou nos trabalhos mais pesados de construção, enquanto realizam oscilantes ações de expulsão migratória e uma permanente política de estigmatização, desprezo e humilhação pública em relação aos vizinhos invasores.

Atualmente na República Dominicana, há cerca de um milhão de haitianos e haitianas que vivem “clandestinamente” no país. Trabalham e sobrevivem em condições de penúria. Aqueles que conseguem um trabalho regular na construção civil não ganham mais de 150 dólares por mês. Ainda assim, os míseros recursos que os haitianos e haitianas que trabalham ilegalmente conseguem receber mantêm milhares de famílias do outro lado da fronteira. Eles vivem com menos de 100 dólares e enviam 50 ou mais para suas famílias. A fronteira entre a República Dominicana e o Haiti é uma das marcas mais brutais da prepotência subimperial que ainda persiste no mundo. Ela pouco é vista, pouco é denunciada, pouco nos indigna. É provável que isso aconteça porque o Haiti não exista, nem nunca existiu. É provável que seja porque as elites dominantes de República Dominicana sempre traduziram suas esperanças em um futuro de prosperidade ao exterminar, apagar e pulverizar seus vizinhos.

O terremoto que assolou o Haiti em janeiro de 2010 criou a ilusão de que o abismo que separa as duas nações tenderia a fechar-se progressivamente. Pouco ou quase nada aconteceu. Ou sim... aconteceu o de sempre: o presidente dominicano, Leonel Fernández, encontrou no histrionismo patrioteiro a forma de unir-se em um gesto de irmandade com seu par haitiano, Michell Martelly. Em termos de política, nada vale mais do que uma obra e a foto da inauguração da mesma. Foi assim que o mandatário de língua espanhola doou ao mandatário de língua, neste caso, francesa, uma **Universidade**. E a inauguraram juntos, deixando sua marca para a posteridade em um ato que mal arrancou um leve murmúrio de água no Rio Massacre.

A doação da República Dominicana ao Haiti consistiu na Universidade Henri Christophe do Norte, situada em Limonade, a 130 quilômetros de Porto Príncipe. Se o Haiti precisava ou não de uma universidade pouco pareceu importar a um presidente amigo da educação em países alheios, mas inimigo no próprio. A República Dominicana tem um dos investimentos em educação mais baixos da América Latina e do Caribe, enfrentando há anos a corajosa luta de diversos movimentos e organizações de defesa da educação pública. Os mesmos movimentos e organizações que, junto a outros, sempre trabalharam pelo

fortalecimento dos laços de solidariedade e amizade entre os países.

Leonel Fernández também não pareceu importar-se muito com o fato de a histórica Universidade do Estado do Haiti estivesse em pedaços, que nela tivessem morrido dezenas de professores e centenas de alunos. Tirar fotos nesse tipo de lugar não tem nenhuma graça. Quem poderia reconhecer sobre os escombros o tamanho de seu sorriso generoso? O resplandecente edifício de Limonade foi inaugurado dois anos depois do terremoto. E ali permanece, ainda sem concluir, sem alunos, sem professores e sem ter tido sequer uma única aula, contando a silenciosa e dramática história dos desencontros entre dominicanos e haitianos.

A foto ficou à altura das circunstâncias.

Passados 76 anos após o “Massacre da *Perejil*”, o abismo entre os dois países continua aumentando. Há poucos dias, o Tribunal Constitucional da República Dominicana negou o direito de cidadania aos meninos e meninas de pais haitianos que vivem no país. Enquanto milhares de dominicanos emigram clandestinamente para os Estados Unidos em busca de um futuro melhor, a justiça de seu país nega aos filhos e filhas de emigrantes haitianos o que todos os tratados internacionais sobre direitos humanos e direitos da criança proclamam. A nacionalidade dominicana para os filhos de imigrantes haitianos é “inconstitucional”. Essa afirmação representa um novo gesto de barbárie e de agressão com relação ao país vizinho, condenado veementemente pela UNICEF.<sup>2</sup>

O “Massacre da *Perejil*” persiste. Hoje, tornou-se possivelmente mais higiênico, literalmente, mais eugênico. “Trata-se de uma limpeza étnica legal”, afirma a renomada escritora dominicana Rita Indiana, no *El País*.<sup>3</sup>

“Queremos que eles construam nossas casas, igrejas e pontes, queremos que cortem nossa cana e que limpem nossa merda, mas sem fazer parte da sociedade civil, vítimas de uma ilegalidade irreparável, cuja superação abre cada vez mais caminhos para nós nos países do Primeiro Mundo, para onde centenas de milhares de dominicanos vão da mesma forma”.

Um milhão de haitianos e haitianas que vivem na República Dominicana são, simplesmente, “estrangeiros em trânsito”. Seus filhos e suas filhas não existem. Não têm nacionalidade. Também não terão na República Dominicana o que seus pais não tiveram no Haiti: direito a escola, saúde, nada. Não têm pátria nem a terão, embora sejam iguais

<sup>2</sup> <http://www.un.org/spanish/News/story.asp?NewsID=27704#.UlbtTWRvw7W>

<sup>3</sup> [http://internacional.elpais.com/internacional/2013/10/09/actualidad/1381345925\\_372245.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2013/10/09/actualidad/1381345925_372245.html)

a qualquer menino ou menina dominicanos, embora pronunciem exatamente como eles a palavra *perejil*.

Já se passaram 76 anos desde que Trujillo sonhou um sonho de extermínio, desprezo e humilhação. O rio que corta, que divide, que faz sangrar essa ilha do Caribe cheia de gente heroica em ambos os lados da fronteira continua chamando-se Massacre.

E você, como pronuncia *perejil*?



# CARTÕES-POSTAIS DA TERRA DA DOR



*Maldito seja Canaã! Escravo de escravos será para os seus irmãos.*

(Gênesis 9:20-27)

O dia nasce em Canaã, o maior acampamento de refugiados de Porto Príncipe. Foi nele que Sophie se estabeleceu junto com sua família, meses depois do terremoto no qual morreram mais de 200 ou 300 mil pessoas — ninguém sabe ao certo o número de mortos. Naquela época, ela tinha 6 anos. Agora, tem 10. Desde então, essa instalação não parou de crescer. E continuará crescendo. Expande-se em direção a Jerusalém, outro imenso território de casas precárias, construídas de qualquer modo ou quase destruídas, é difícil saber. Algumas de tijolos, outras de madeira, chapas, papelão e lonas nas quais se lê a inscrição USAID.

Não se sabe quanta gente vive em Canaã, mas são milhares, mais de 100 ou 150 mil pessoas, grande parte delas pequenas, meninas e meninos como Sophie, de olhos imensos e um sorriso que, quando aparece, ilumina o céu coberto de poeira desse pedaço de ilha que uma vez inventou promessas de liberdade.

O dia nasce em Canaã e Sophie precisa ir pegar água antes de ir à escola. As casas de Canaã não têm água, nem luz, nem esgoto. Todos sabem que se a terra voltar a tremer, Canaã cairá, como uma frágil cenografia preparada para um novo desastre que alguns chamarão de “natural”.

Sophie vai buscar água. É tarefa dos meninos e meninas fazê-lo, bombeando um dos poucos poços que há nesse acampamento de refu-

giados que nasceu como provisório e será permanente, como a miséria que foi imposta a quase todos os haitianos, especialmente aos menores, aos que não podem se defender, aos mais frágeis, aos que terão de se acostumar a ouvir as promessas de felicidade oferecidas por seus indolentes e quase sempre corruptos governantes, pelas agências de ajuda internacional ou pelas igrejas evangélicas que se multiplicam em Canaã como a cólera, a diarreia e as casas lotéricas.

O dia nasce em Canaã, enquanto Sophie bombeia água e sonha o que sonham as meninas no Haiti, quatro anos depois do terremoto que matou 200 ou 300 mil pessoas. Ninguém sabe ao certo.

O dia nasce em Canaã e uma bandeira haitiana tremula, resistindo ao vento que teima em desfiá-la, como desafia a tenacidade e a paciência dos que habitam esse pedaço de ilha que uma vez se atreveu a derrubar a escravidão, e parece continuar pagando por isso.

Canaã, a terra prometida. Canaã, o neto maldito do Noé, o servo sem fim.

Em Canaã não há escolas públicas. No Haiti não há escolas públicas, ou melhor, há algumas, poucas. Dizem que em Canaã há uma, mas ninguém sabe muito bem onde fica. O país mais pobre da América é o que tem o sistema escolar mais privatizado do continente. Quase todos os meninos e meninas, mais de 80%, pagam por sua educação, ou pelo que se supõe que recebem com esse nome em uns edifícios precários e cinzentos como todos os edifícios de Canaã.

O Banco Mundial diz ajudar o governo haitiano a solucionar seu “problema educacional” contribuindo com recursos para subsidiar a educação privada. Milhões de dólares doados ou emprestados para pagar as parcelas das escolas miseráveis onde os meninos e as meninas haitianas aprendem a ler o mundo, muitas vezes através da Bíblia, cantando salmos, acostumando-se a suportar a injustiça, instruindo-se no exercício de aceitar a indiferença brutal que lhes é destinada pelos capitalistas de dentro e de fora, os que prometem que o Haiti “*is open for business*” e inventam a glamorosa prosperidade de uma terra que já teve quase tudo roubado, e agora edifica seu futuro como se o horizonte fosse um Lego de fábricas vorazes e ambiciosas que se aproveitam da vantagem competitiva do trabalho barato e da ausência de direitos.

O sol esquenta a manhã em Canaã e Stephen está na escola, como quase todos os dias. Trata-se de um edifício de madeira com quatro pequenas salas escuras. Stephen adora aparecer pela única janela que há em sua sala. Sobe na cadeira e se apoia nela, enquanto não o descobrem. Se for descoberto, gritarão com ele e o castigarão mais uma vez. Mas Stephen insiste. Sempre que pode, aparece nessa janela sem moldura nem vidro, como quem aparece em um abismo imenso. Dali, Stephen olha o mundo. Dali, ele aprende. Dali, da janela, ele imagina

histórias e todos os dias as imagina novamente. Stephen fala pouco, quase nada. Ele gosta de olhar. E sonhar que um dia terá uma janela imensa pela qual poderá sair dali e voar.

A poucos quilômetros de Canaã, vive Edmond Pierre com sua mulher e seus três filhos. Ele trabalha em um dos hotéis de Porto Príncipe. Ela é cabeleireira. Há poucos meses, o casal se instalou em Lumane Casimir, um bairro de casas populares construídas pelo governo, ainda em desenvolvimento. Lumane Casimir foi uma cantora legendária do Haiti, que morreu no começo dos anos 50. Ao lado do bairro, também estão em construção dois enormes galpões onde em breve funcionarão oficinas têxteis, cuja produção será exportada para lojas de luxo dos países mais ricos. Dizem que o bairro foi construído às margens das futuras fábricas, para facilitar o acesso das trabalhadoras. Não parece nada ilógico. Afinal, as oficinas têxteis se multiplicam em “zonas francas”, cujos principais investidores são empresários coreanos. Edmond diz que sua mulher trabalhará ali e que, finalmente, sua vida poderá se estabilizar.

Sobre o telhado de sua casa, tremula uma grande bandeira do Brasil.

Começou a Copa do Mundo. Edmond e sua família são “brasileiros” e seguem fervorosamente “sua” seleção. A cada quatro anos, em cada Copa, o país se divide em duas torcidas fiéis: a metade do país agita bandeiras brasileiras, o restante, bandeiras argentinas. Acima dos telhados de Lumane Casimir, vê-se uma verdadeira batalha de cores: amarelo e verde contra azul e branco. Todo o país segue a Copa do Mundo com enorme atenção. Nas ruas, em qualquer esquina, é possível comprar bandeiras de qualquer uma das duas seleções que dividem a paixão dos haitianos. Se o pai for “argentino”, seus filhos e seus netos também serão. Edmond diz que eles sempre serão brasileiros e bate no peito com orgulho. Seus filhos o observam e concordam com a cabeça.

Messi e Neymar enfeitam as carrocinhas barrocas dos *tap-tap*, caminhonetes usadas como meio de transporte popular, nas quais haitianos e haitianas se amontoam para se locomover pelo trânsito infernal de Porto Príncipe.

A Copa do mundo parece ser disputada apenas por Brasil e Argentina.

O Haiti teve também seu momento de glória nos mundiais. Foi na Copa da Alemanha, em 1974. Seu primeiro jogo foi contra a Itália e, embora esquecido, é um dos momentos mais curiosos e emotivos da história do futebol. Para a surpresa de todos, aos 46 minutos do primeiro tempo, Dino Zoff, um dos maiores goleiros italianos de toda a história, foi surpreendido com um chute do atacante haitiano Emmanuel Sanon, que terminou tocando a rede. A Itália perdia de 1 a 0, para surpresa dos

italianos e para a incredulidade do restante do mundo. Sanon dedicou o gol à sua amada Suzie. Disse que tinha prometido e que estava cumprindo sua promessa, que era um homem de palavra e que sua adorada Suzie merecia. Naquele momento, os jogadores não faziam corações com as duas mãos enquanto comemoravam seus gols. Emmanuel fez sua homenagem com os olhos brilhantes, enquanto corria enlouquecido abraçando o céu com seu sorriso. Suzie, em Porto Príncipe, chorou.

O jogo terminou como costumam terminar os jogos de uma Copa do Mundo: sem novos heróis. O Haiti perdeu de 3 a 1 e nunca mais jogou em uma Copa do Mundo.

A lembrança emocionada do gol de Sanon transita silenciosamente pelas ruas de Lumane Casimir. A cada noite, é revivida no beijo doce dos apaixonados e nas carícias suaves das mesmas estrelas sob as quais Suzie se deitou para esperar seu amor.

Um muro. O deputado dominicano Vinicio Castillo propôs, há algumas semanas, construir um muro na fronteira que separa o Haiti da República Dominicana. Um novo muro dividindo a ilha. Um muro, humilhando, ferindo, cortando a terra. Um muro, propôs um infame deputado, e o Ministro da Defesa de seu país celebrou a ideia: é preciso controlar o mar de haitianos que cruzam a fronteira ilegalmente. Milhares de haitianos e haitianas vivem clandestinamente na República Dominicana. Trabalham na agricultura, na construção e nos serviços domésticos, ganhando uma miséria e sem nenhum direito que os proteja.

A Corte Constitucional dominicana considerou que os filhos de haitianos que nascem no país também devem ser tratados como imigrantes ilegais e deportados.

Juliana Deguís nasceu na República Dominicana em 1984, filha de dois “trabalhadores braçais” haitianos levados ao país para trabalhar em um engenho de cana de açúcar. Seus pais se instalaram em um “batey”, uma comunidade rural onde vivem os trabalhadores dos engenhos em condições de extrema pobreza. Ninguém poderia distinguir um “batey” de qualquer bairro da periferia de Porto Príncipe. Ali, Juliana Deguís morou desde que nasceu, na República Dominicana, no ano de 1984. Quando Juliana quis votar pela primeira vez, o Tribunal Eleitoral negou-lhe o título porque sua condição de dominicana apresentava irregularidades. Juliana iniciou uma ação legal. O Tribunal Constitucional do país emitiu a sentença 168-13, determinando que: “À senhora autora não corresponde a nacionalidade dominicana, já que é filha de estrangeiros em trânsito, situação constitutiva de uma exceção à aquisição da nacionalidade por *jus solis*, estabelecida na Constituição dominicana”. Seus pais, “em trânsito”, haviam morado no país or décadas. Juliana Deguís havia morado na República Dominicana du-

rante quase 20 anos, desde que nasceu, filha de trabalhadores braçais, trabalhadores de cana de açúcar, camponeses pobres, muito pobres e sem direito a nenhum direito, nem sequer à identidade formal de seus filhos. A Constituição dominicana de 1966 diz: “São dominicanas todas as pessoas que nasceram em território da República, com exceção dos filhos legítimos dos estrangeiros residentes no país em representação diplomática ou os que estejam em trânsito nele”. Ser haitiano é uma “exceção”, os haitianos vivem em um permanente estado de excepcionalidade. E é assim que se encontram quando estão dentro ou fora de seu país. A justiça dominicana propõe a deportação de todas as pessoas que, como Juliana Deguis, ousaram nascer em um chão que não lhes pertence nem nunca lhes pertencerá.

O Haiti e a República Dominicana viveram em confronto por culpa de seus governos incompetentes e ditatoriais, por suas classes dominantes ignorantes e brutais. É provável que o muro proposto pelo deputado dominicano Vinicio Castillo nunca seja construído, talvez porque ele já exista. O muro no qual está incrustada a ofensa, o desprezo, os maus tratos vividos quase sempre pelos haitianos. Um muro separando dois pobres países repletos de pobres. Um muro. Um muro. Um muro imenso e cheio de dor.

(...)

Tenho que partir do Haiti mais uma vez, sabendo que sempre voltarei, que ali encontrarei um refúgio amável e carinhoso, uma fonte de energia e de inspiração, um grito de esperança e de liberdade que dá sentido ao meu trabalho, a essas coisas que tento, mas que não consigo contar quando começo a escrever.

*Haiti...*


*Faz de mim a pedra de sua funda  
de minha boca, os lábios de sua chaga  
de meus joelhos, as colunas quebradas  
de sua humilhação*

Jacques Roumain  
Poeta haitiano nascido em 1907 e assassinado em  
1944. Fragmento de Bois d'ébène  
(1944, edição póstuma).



**ENTRE A PROMESSA E A ESPERANÇA:  
TRÊS ANOS APÓS O TERREMOTO NO HAITI**





**O** dia 12 de janeiro é um dia de luto em todo o mundo. Faz três anos que uma tragédia tirou a vida de quase 300 mil pessoas no Haiti, um dos países mais pobres do planeta. Passadas poucas horas do terremoto, algumas vozes de alerta se levantaram para apontar os riscos de uma ajuda internacional que, sem a intensa revisão de seus princípios, poderia fazer com que fracassassem as esperanças de socorro e bem-estar para uma nação castigada pela indiferença, pela prepotência e pela corrupção de quem quase sempre a governou, de dentro ou de fora.

Já se passaram três anos, mas os avanços foram muito mais modestos do que os comemorados, com sua arrogância habitual, pelas agências que fazem da cooperação ao desenvolvimento um bom negócio.

A situação é dramática.

A ajuda prometida pelas Nações Unidas é entregue a conta-gotas. De acordo com o Center for Economic and Policy Research (CPR), dos 2.200 milhões de dólares anunciados pelo órgão, só 1% chegaram efetivamente ao país. Além disso, quase a totalidade desses recursos foi destinada à Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), formada por 7.700 militares, 1.278 policiais e 595 civis de diversos países. Longe de ser identificada como uma missão pacífica, numerosos relatórios e documentos evidenciam que a sociedade haitia-

na considera a MINUSTAH uma força de ocupação que, depois de oito anos de permanência, trouxe poucos benefícios para o bem-estar e a segurança da população.

A catastrófica fragilidade da ONU para responder às demandas de ajuda humanitária ao Haiti foi revelada sem reservas em 25 de julho do ano passado, quando Nigel Fischer, representante do órgão, manifestou que a demanda de contribuições financeiras aos países doadores seria reduzida drasticamente. Nas palavras de Fischer: “O montante original solicitado para o Haiti em 2012 era de 231 milhões de dólares. Entretanto, até a metade do ano foram recebidos apenas 20% desses recursos. Portanto, considerando essa relevante redução dos recursos disponíveis, a equipe de ajuda humanitária e as autoridades nacionais revisaram o montante [diminuindo-o para 128 milhões]”. Resumindo, como até meados de 2012 foram conseguidos 46 dos 231 milhões de dólares solicitados, se a cifra for reduzida para 128 milhões, não se terá obtido 20, mas sim 35% dos recursos pedidos e, mantendo o ritmo, quase 70% no fim do ano. É como uma modesta vitória matemática em meio a uma enorme derrota financeira.

O problema, obviamente, não são os funcionários civis das Nações Unidas que fazem seu trabalho com enorme esforço e profissionalismo, mas uma comunidade internacional, indolente e anódina diante das catástrofes humanitárias. Entre as tantas humilhações somadas na tragédia haitiana, uma delas costuma ser o dramático pedido de recursos pouco exitoso feito pelos funcionários da ONU diante de um indiferente auditório de nações e empresas opulentas. As Nações Unidas esperavam arrecadar 128 milhões de dólares para a ajuda humanitária para o Haiti no ano 2012, um valor semelhante ao custo de um F35, avião de combate do qual a Força Aérea Norte-americana possui 2.443 unidades. Em outras palavras, o governo norte-americano dispõe, em um único modelo dentre os tantos aviões que compõem sua Força Aérea, o valor equivalente a 2.443 anos da ajuda humanitária solicitada pela ONU para o Haiti.

No começo do mês de novembro, quando uma nova tragédia assolou o país, a ONU fez um chamado enérgico à comunidade internacional, solicitando uma ajuda especial de 39 milhões de dólares. O Furacão Sandy deixou uma centena de mortos, enormes perdas na paupérrima infraestrutura nacional e arruinou mais de um terço da produção agrícola. Esse chamado também não teve o sucesso esperado.

O caso da ONU é particularmente grave, já que boa parte dos recursos atualmente canalizados pelo órgão está destinada a frear uma epidemia de cólera que deixou quase 8 mil mortos entre os mais de 650 mil infectados desde 2010. Uma situação que poderia ser categorizada como “humanitária”, não fosse pelo fato de que a cólera foi propagada

no Haiti por tropas infectadas do exército nepalês que formam as forças de paz das próprias Nações Unidas.

Por apatia ou indolência dos países mais ricos, por menosprezo ou desconfiança com relação à ONU e ao governo haitiano, ou pelas mesmas razões que, desde sua independência, fazem do Haiti um país castigado pela comunidade internacional, os recursos destinados à reconstrução do país parecem pouco sensíveis às imensas necessidades vividas pela população. De fato, segundo o Center for Economic and Policy Research (CPR), menos de 10% de todos os recursos internacionais doados ao Haiti foram recebidos pelo governo nacional. Os principais receptores da ajuda “para o desenvolvimento” são as empresas ou as agências dos próprios países doadores, assim como algumas ONGs que atuam seguindo uma assembleia de interesses discordantes, realizando programas sobrepostos e repetitivos que, supostamente, interpretam as necessidades do povo haitiano.

Há poucos dias, o Canadá, país onde vivem mais médicos haitianos do que em todo o Haiti, anunciou que congelaria sua ajuda à ilha devido ao baixo impacto dos programas financiados. O conservador governo canadense, pouco depois, desmentiu a medida, que atribuiu a um engano de interpretação das palavras de seu ministro da cooperação internacional, Julian Fantino, em uma entrevista concedida ao jornal *La Presse*. O mais interessante da notícia é que o governo canadense negou o congelamento da ajuda humanitária ao Haiti, mas não a péssima opinião de seu ministro sobre os resultados dos programas de cooperação em andamento.

Três anos após o terremoto, é difícil diferenciar em que medida os recursos da cooperação internacional estão destinados a beneficiar os haitianos ou as empresas e agências internacionais que operam no país. Quando o presidente Michel Martelly sentenciou, quase dois anos depois do terremoto, *Haiti is open for business*, os empresários da “ajuda para o desenvolvimento” entenderam imediatamente a mensagem. Ela estava dirigida a eles mesmos.

## A EDUCAÇÃO HAITIANA SOB A TUTELA DE UM BANCO

Um dos exemplos mais ilustrativos da perversa “ajuda humanitária” vivida pelo país é o programa de apoio à educação promovido pelo Banco Mundial. Antes do terremoto, o Haiti possuía uma das taxas de alfabetização mais baixas do mundo e milhões de meninos e meninas fora da escola. Seu sistema educacional estava quase totalmente privatizado, obrigando quase 90% das famílias a pagarem pela educação de seus filhos. Um sistema no qual a ausência de uma política pública de educação,

as enormes condições de miséria e o desejo de prosperidade da população eram associados à falta de escrúpulos dos decadentes mercadores de promessas educativas e à ausência de qualquer indício da educação como um direito inquebrantavelmente humano. No país mais pobre das Américas, os pobres precisavam pagar por sua educação em um sistema escolar totalmente privatizado, degradado, corrupto e no qual proliferavam os abusos, a violência e a ausência de proteção à infância.

O terremoto destruiu boa parte da infraestrutura escolar haitiana. Mais de 5.000 estabelecimentos educativos desapareceram sob os escombros, sua universidade pública sofreu danos humanos e materiais imensos e mais de 300 mil meninos e meninas ficaram sem escolas.

Já se passaram três anos e quase nada mudou.

É neste contexto que a política do Banco Mundial para o desenvolvimento educativo haitiano chama a atenção por seu rumo desacertado. Grande parte da ajuda deste órgão não se destinou a gerar melhores condições de acesso e permanência dos meninos e meninas haitianos no sistema público de educação, mas foi destinado a subsidiar o pagamento de cotas escolares em estabelecimentos educativos de péssima qualidade e infraestrutura não menos deteriorada. A proposta “Educação para Todos”, desenvolvida pelo órgão, previa destinar em 2012, 70 milhões de dólares para financiar o custo das cotas escolares de 100 mil estudantes em 1.200 escolas, além de distribuir comida para 75 mil meninos e meninas matriculados nesses estabelecimentos. O Banco Mundial, sob o olhar silencioso ou indiferente do próprio governo nacional e seu Ministério da Educação, considerou o sistema público de educação definitivamente como morto, concentrando seus esforços em subsidiar um sistema educacional privado, que estava em ruínas antes mesmo do terremoto.

A ajuda que o Banco Mundial dá ao Haiti é insignificante, considerando o volume de recursos que esse órgão investe anualmente no campo educacional. De acordo com seu Relatório Anual de 2012, as contribuições do Banco Mundial à educação corresponderam a 2.959 milhões de dólares durante o ano de 2012. Assim sendo, sua contribuição para a educação haitiana correspondeu a menos de 2,5% dos recursos disponíveis e a 0,2% dos 35.300 milhões de dólares aplicados em seus diferentes setores de atuação durante o ano que acaba de terminar.

Por outro lado, e salvo raríssimas exceções, os países latino-americanos que participam das forças militares da ONU têm feito muito pouco, nos últimos três anos, para contribuir com o desenvolvimento educacional haitiano. Todos parecem apoiar a ideia de que com a educação da infância e da juventude haitiana será possível superar as graves condições de pobreza e atraso vividas pelo país. Entretanto, a ajuda latino-americana à melhora da educação é quase inexistente.

Para quem sabe ler, um pingo é letra. O encarregado do Haiti na Agência de Cooperação Internacional (AGCI) do Ministério de Relações Exteriores do Chile, Rogelio Rubiño, sustenta: “A cooperação do Chile no Haiti optou pela educação para continuar transferindo forças que apontem para políticas públicas assertivas e ofereçam um legado social de valor e transcendência, fortalecendo não só a Educação Pré-escolar, mas também a Educação Primária”. Diante de tão nobre objetivo, o funcionário chileno promete com pompa: “Atualmente, a AGCI avalia dois projetos de construção de colégios. O primeiro corresponde à reconstrução da atual Escola República do Chile, que possui 555 alunos e que depois do terremoto de janeiro 2010 pode receber e de forma muito precária somente 50% do corpo de alunos por causa de danos de infraestrutura. Já a construção do segundo estabelecimento será realizada com apoio de Agência de Cooperação Mexicana e atenderá a 600 alunos”.<sup>1</sup>

Sim, você leu direito: o Chile *avalia* a possibilidade de apoiar *duas* escolas. Duas: 2. A primeira porque se chama “Chile” ou porque não permite que a metade de seus alunos possa estudar nela (o funcionário não esclarece o principal motivo que os levou a pensar nessa instituição específica). A segunda, porque possivelmente se chama “México”, hipótese que arrisco, já que a ação será realizada em parceria com a Agência de Cooperação mexicana. A rigor, o Chile não “avaliará” o apoio a duas escolas, mas a uma escola e meia, ou possivelmente só uma, ou nenhuma. Parece uma piada, não fosse por esse patético realismo que os burocratas internacionais imprimem às ações insignificantes com as quais pretendem colocar um bálsamo sobre as tragédias humanas.

Poderíamos afirmar que esta é a modesta contribuição do Chile, já que se trata de um país com um governo neoliberal e privatizador. Entretanto, o descaso chileno diante da grave crise humanitária vivida pelo Haiti é a regra, não a exceção, em um continente que parece não ter aprendido que aqueles que ajudam a construir um futuro de justiça e prosperidade não são os militares, mas os professores. Participam das tropas internacionais comandadas pelo Brasil, com quase 9 mil efetivos, os seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai. Grandes avanços educativos foram alcançados em alguns desses países, superando uma herança histórica de injustiças e as consequências antidemocráticas dos processos de privatização promovidos pelo neoliberalismo. Enquanto isso, como se fosse uma careta do destino para o Haiti, boa parte dos governos pro-

---

1 <http://www.agci.cl/index.php/noticias/columna-de-opinion/885-cooperacion-de-chile-en-haiti-educacion-una-senda-que-da- frutos>

gressistas latino-americanos enviam para lá militares, em lugar de professores, médicos, trabalhadores sociais, agrônomos ou engenheiros.

Já se passaram três anos do terremoto que assolou o país e não há motivos para festejar. As promessas de reconstrução continuam sendo nada mais do que isso. A esperança, como sempre, vive no coração e na vontade do povo haitiano. Em sua força e sua determinação para sobrepor-se à adversidade e ao sofrimento. Em sua organização e em suas lutas. A esperança, como sempre, constrói-se no Haiti amparada no sorriso desses meninos e meninas que resistem e sobrevivem à prepotência de qualquer tipo de escombros.

# ESSA DOR CHAMADA HAITI



Há cinco anos, o Haiti se transformava em uma montanha de escombros.

Mais de 250 mil pessoas morreram como consequência de um desastre que alguns chamaram de “natural”. Quase dois terços da população mais pobre, em um país no qual quase todos são pobres, perderam suas casas, seus poucos bens e muitos entes queridos. Há cinco anos, o Haiti voltava a ser notícia em todo o mundo e a gerar uma onda de promessas de ajuda e cooperação, grande parte das quais foi desaparecendo sem sequer chegar a se tornar concreta. Há cinco anos, no Haiti, aconteceu o que se sabia que poderia acontecer e o que sabemos que provavelmente acontecerá novamente: um sistemático desprezo pela vida humana que tem se repetido sem solução de continuidade diante da indiferença ou da cumplicidade de seus governos e de uma comunidade internacional que faz da solidariedade para com esse pequeno país do Caribe uma de suas mais frequentes falsidades.

Muitos denunciaram que, à medida que os anos passassem, poucos se lembrariam do terremoto do Haiti. Esse presságio pode ser aplicado claramente à imprensa latino-americana, que quase não mencionou e sequer analisou os avanços e retrocessos do país após meia década do episódio. O mesmo aconteceu com boa parte dos portais de notícias, inclusive os mais progressistas e de esquerda, que ignoraram o fato como se fosse um tema de menor importância ou talvez pouco

relevante em um cenário mundial sacudido pelo brutal atentado à revista francesa *Charlie Hebdo*.

A indiferença da imprensa latino-americana contrasta com o espaço que foi dedicado ao assunto por alguns dos principais jornais do mundo, como o *Le Monde*, o *The Guardian* o *El País*, que durante a semana anterior e no próprio dia 12 de janeiro publicaram diversas reportagens sobre a conjuntura haitiana cinco anos após o desastre. Em seus comentários, os três jornais destacaram o impacto e o limitado alcance da cooperação internacional na contribuição para a reconstrução do país, além da cada vez mais intensa e aguda crise política local e a multiplicação de injustiças e problemas sociais, particularmente na área da moradia — problemas que persistem e se aprofundaram ainda mais desde o terremoto de 2010.

Entretanto, dois temas fundamentais na análise das perspectivas atuais e futuras do Haiti passaram quase despercebidos nas poucas crônicas publicadas a esse respeito: o papel desempenhado pela Missão de Estabilização das Nações Unidas, a MINUSTAH, e o agravamento das relações entre o Haiti e a República Dominicana. Dois temas de enorme importância que deveriam não apenas despertar a preocupação informativa e analítica da imprensa latino-americana e caribenha, mas também ocupar o centro das atenções dos governos e das sociedades da região.

Como sempre, o Haiti parece ser notícia apenas quando milhares de haitianos perdem a vida porque a terra tremeu, porque foram invadidos por alguma potência imperial ou porque uma ditadura bestial se abateu sobre o seu povo.

## **A MINUSTAH**

A Resolução 1542, aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril de 2004, estabeleceu que, em um contexto de gravíssima crise política e diante da “firme determinação de preservar a soberania, a independência, a integridade territorial e a unidade do Haiti”, seria estabelecida no país uma força internacional composta por 6.700 militares, 1.622 policiais, 550 funcionários civis internacionais, 150 voluntários e 1.000 membros de pessoal civil local, que deveria contribuir com o estabelecimento de um “entorno seguro e estável” para a restituição do estado de direito e da ordem pública. A Missão foi estabelecida com o propósito de: contribuir com a reforma das forças policiais locais; proteger a população civil; apoiar a estabilidade política; ajudar no desenvolvimento de eleições municipais, parlamentares e presidenciais livres e transparentes, bem como promover e proteger os direitos humanos, entre outras responsabilidades.

Inicialmente, a MINUSTAH deveria cumprir suas tarefas em seis meses. Ela está no mais há mais de dez anos.

O efetivo militar, sob o comando do Brasil, é formado pelos exércitos de Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Honduras, Indonésia, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, República da Coréia, Sri Lanka e Uruguai. Os agentes de polícia são das forças de Argentina, Bangladesh, Benin, Brasil, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Canadá, Chade, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Croácia, Egito, Espanha, Estados Unidos, Federação Russa, Filipinas, França, Granada, Guiné, Guiné-Bissau, Índia, Jamaica, Jordânia, Quirguistão, Lituânia, Madagascar, Mali, Nepal, Níger, Nigéria, Noruega, Paquistão, Paraguai, Portugal, Reino Unido, România, Ruanda, Senegal, Sérvia, Serra Leoa, Sri Lanka, Tailandia, Tunísia, Turquia, Uruguai, Vanuatu e Iêmen.

À medida que a permanência das forças militares da ONU se prolongava no Haiti, numerosas críticas à sua eficácia começaram a se multiplicar, dentro e fora do país. Por meio de diversas resoluções, o Conselho de Segurança foi renovando e ampliando o mandato da Missão, embora seus resultados sempre tenham sido considerados duvidosos ou, no mínimo, modestos.

No dia 7 de janeiro de 2006, o chefe militar da Missão, o general brasileiro Urano Teixeira da Mata Bacelar, foi encontrado morto com um tiro no quarto de seu hotel, em Porto Príncipe. O episódio foi descrito como suicídio, mesmo tendo despertado inúmeras especulações sobre sua motivação e, em particular, sobre o trabalho realizado no país pelas forças militares sob o comando do Brasil.

O terremoto de 2010 concedeu à Missão da ONU um renovado papel no apoio à população civil e na reconstrução da deteriorada infraestrutura nacional. Diante do imenso caos vivido no país, o Conselho de Segurança estabeleceu por meio da Resolução 1927 que o número de militares e policiais destacados na região deveria aumentar para mais de 13 mil efetivos.

Durante o tremor, 102 funcionários das Nações Unidas perderam suas vidas.

Embora a Missão tenha aumentado em números e diversificado seu mandato, as críticas à sua ação e as dúvidas sobre a necessidade de sua permanência não pararam de aumentar: começaram a vir a público inúmeras denúncias sobre arbitrariedades e abusos de autoridade, ocupação arbitrária de espaços urbanos e violência física e sexual por parte das forças militares.

Em outubro de 2010, um surto de cólera se espalhou pelo Haiti. A enfermidade estava erradicada no país havia meio século. A origem da epidemia foi atribuída às forças de segurança do Nepal, instaladas

perto do rio Artibonito, a partir de onde a doença começou a se propagar. A ONU sempre negou a responsabilidade das forças nepaleses no ocorrido, mesmo com diversas denúncias se multiplicando em todo o mundo. Até o momento, quase 9 mil haitianos já morreram de cólera e cerca de 700 mil foram infectados pelo vírus.

Em maio de 2011, um jovem haitiano de 18 anos denunciou ter sido estuprado por militares uruguaios. Os militares filmaram o ato e a divulgação do vídeo fez a notícia ganhar projeção mundial. Dois anos mais tarde, os quatro militares uruguaios foram condenados.

Os habituais problemas do Haiti, agravados pelo terremoto que devastou o país, somaram-se à existência de uma força de ocupação militar que pouco parece ter contribuído com a construção de uma institucionalidade democrática estável e segura. O Haiti vive hoje uma enorme crise política. O processo eleitoral, que deveria proporcionar a renovação de autoridades locais e legislativas, foi suspenso durante meses, e segundo o acordo conquistado nas últimas horas, será realizado no final de 2015. Considerando os antecedentes, há sérias dúvidas de que o governo nacional cumprirá esse prazo. O presidente Martelly sofre uma intensa oposição, que cresce nas manifestações de rua reprimidas com violência cada vez maior. Embora a pobreza extrema tenha diminuído, as péssimas condições de vida, de acesso a um emprego estável, de moradia e saúde dignas tiveram poucas melhoras substantivas na última década. Houve um aumento nas taxas de matrícula educacional, embora ela se concentre em instituições privadas que contam com financiamento público, em um dos sistemas escolares mais pobres e privatizados do planeta. As estatísticas de acesso à educação não conseguem esconder a imensa precariedade da educação no país e a persistente negação do direito à educação para a grande maioria do povo haitiano, particularmente para seus meninos e meninas.

Já não se veem tantos escombros pelas ruas de Porto Príncipe, é verdade. Mas o Haiti continua sendo um território devastado pelos interesses econômicos e políticos de suas oligarquias; atravessado transversalmente por um sistema de cooperação internacional que não deixa de evidenciar enormes falhas, uma grande inaptidão operacional e normativa, assim como a hipócrita evidência de que boa parte dos recursos destinados à assistência para o desenvolvimento nacional são gastos nas agências e empresas dos próprios doadores.

O Haiti é uma nação arruinada pela tutela do Banco Mundial; uma instituição que, por onde passou, na América Latina e no mundo, semeou miséria e planos de ajuste que em nada beneficiaram o acesso real a melhores condições de vida para as populações mais pobres e excluídas. No Haiti, os planos improvisados e de duvidosa justificativa técnica do Banco Mundial contribuíram apenas para privatizar e

fragilizar ainda mais uma esfera pública desgastada pelo abandono histórico e pelos escombros que cobriram alguns de seus principais ministérios já fazem cinco anos. Talvez seja necessário esperar uma década para que, como já aconteceu quase sempre em todos os lugares, descubramos que as políticas do Banco Mundial tiveram um impacto negativo na geração de bem-estar e justiça social, ampliando dinâmicas mercantis e competitivas nas políticas sociais. Talvez seja preciso uma década para descobrir que, novamente, o discurso dos direitos humanos tem sido usado como um alibi para gastar milhões de dólares em programas experimentais que não parecem beneficiar a ninguém além dos tecnocratas que os idealizaram.

Para piorar, a MINUSTAH não apenas não parece cumprir seu mandato com eficácia, mas cria problemas que o país não tinha antes e amplifica a sensação de insegurança, de prepotência, de invasão e de afronta à soberania nacional sentida por grande parte da sociedade haitiana.

Quando a MINUSTAH deixará o Haiti? Não se sabe com certeza. Seu mandato foi prorrogado até o dia 15 de outubro de 2015.

O ex-presidente uruguaio José Mujica declarou em diversas ocasiões ser favorável à retirada das tropas de seu país alocadas no Haiti. O ex-presidente brasileiro Lula sustentou no início do ano passado que era necessário “substituir a vertente da segurança pela do desenvolvimento”, o que implicava mais cooperação e com novas finalidades no Haiti. Ele considerou que as futuras eleições presidenciais, previstas para 2016, deveriam ser o prazo limite para a “devolução ao povo haitiano das responsabilidades de sua própria segurança” e afirmou a necessidade de uma Conferência da ONU sobre o Haiti, avaliando o que foi realizado durante esses últimos dez anos e o que deveria ser realizado a partir de então.

Por sua vez, o Prêmio Nobel da Paz, o argentino Adolfo Pérez Esquivel, desenvolveu uma ampla campanha internacional exigindo a retirada imediata das tropas da ONU no Haiti.

Não há dúvidas de que a instabilidade democrática, a violência política, a negação dos direitos humanos mais elementares, a inexistência de políticas destinadas a construir de forma eficaz uma esfera pública de proteção e promoção do direito à saúde, à educação, a moradia digna e a um emprego decente, não podem ser atribuídas ao fracasso da MINUSTAH. No entanto, não deixa de ser evidente que os resultados alcançados até o momento pela ação militar e política no Haiti deveriam ser motivo de uma séria e criteriosa avaliação pública, assim como as razões que justificam a permanência de tropas internacionais na ilha. Uma avaliação semelhante não deveria ser feita apenas sobre as próprias forças militares que atuam no país, mas também sobre o governo e a sociedade civil haitiana, suas organizações sociais e populares.

As chamadas forças de paz da ONU se destinam a “criar as condições adequadas para uma paz duradoura em um país destruído por um conflito”. Discutir se esse era ou não o cenário haitiano de dez anos atrás seria motivo de controvérsia, porém não restam dúvidas de que esse não é o cenário hoje. O Haiti não é uma ameaça à paz mundial ou regional. O que o Haiti significa é uma ameaça à consciência democrática de todos os povos do mundo, por suas extremas condições de pobreza e desigualdade, pelas inimagináveis condições de penúria e dor deixadas por um terremoto que matou mais de 200 mil pessoas em alguns poucos segundos e pela persistente aniquilação dos direitos humanos no país pelos governos antidemocráticos e pelas potências imperiais que o invadiram, expropriaram suas riquezas e contribuíram para semear a instabilidade política e institucional que continua fazendo suas instituições tremerem, mesmo que, por agora, a terra tenha deixado de tremer. Se essa é a crise vivida pelo país, a solução não pode depender do envio de tropas militares ou agentes policiais.

Nesse sentido, há uma profunda crise no mandato atribuído à Missão Internacional da ONU e cumprido por ela. E isso não pode ser disfarçado ou ocultado, particularmente pelos países e nos países cujos exércitos e forças policiais assumiram o compromisso de ajudar o Haiti a se tornar uma nação mais justa e democrática. Uma questão que interpela claramente a América Latina, que contribui com mais de 70% dos efetivos que ocupam o país.

Não deixa de ser um paradoxo eloquente o fato de que, em uma década na qual os mecanismos de integração regional latino-americanos e caribenhos foram ampliados e diversificados significativamente, grande parte de nossos países continuem mandando mais militares do que médicos, engenheiros, professores, agrônomos e trabalhadores sociais para a ilha. É paradoxal que a principal “ajuda” oferecida ao país continue sendo o envio de militares e policiais que pertencem a exércitos ou forças de segurança públicas que têm mais experiência em violar os direitos humanos em seus próprios países do que em defendê-los em outros.

Creio que nenhuma pessoa medianamente informada dormiria tranquila sabendo que na esquina de sua casa há um destacamento policial misto, formado por agentes de Argentina, Bangladesh, Benin, Brasil, Burkina Faso, Burundi, Camarão, Chade, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Egito, Filipinas, Granada, Guiné, Guiné-Bissau, Índia, Jamaica, Jordânia, Quirguistão, Lituânia, Madagascar, Mali, Nepal, Níger, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sri Lanka, Tailândia, Tunísia, Turquia, Uruguai, Vanuatu e Iêmen. Em quase todos esses países as polícias demonstraram uma enorme imperícia para agir na preservação dos direitos humanos da população.

Em muitos deles, são organizações marcadas pela corrupção, por uma imensa incompetência e uma sistemática falta de preparo profissional. Quando a polícia desses países comete abuso de autoridade, costuma matar impunemente jovens pobres, negros, indígenas, trabalhadores do campo, *villeros*,<sup>1</sup> favelados, excluídos, esquecidos. Há tantos milhares de jovens com essas características no Haiti, que a polícia não parece ser um bom meio para ajudá-los a encontrar motivos para ter confiança no futuro de um país que os despreza e sempre os desprezou.

Também não acredito que nenhum latino-americano que tenha vivido ou conhecido algo do que aconteceu nos últimos cinquenta anos na região, acredite em seu perfeito juízo que o exército argentino, boliviano, brasileiro, chileno, equatoriano, salvadorenho, guatemalteco, hondurenho, paraguaio, peruano ou uruguaio poderiam ajudar qualquer país do mundo a se tornar mais democrático, estável, seguro, transparente em suas normas institucionais e eficiente no exercício de sua democracia. Durante boa parte dos últimos cem anos, esses exércitos se dedicaram a fazer exatamente o contrário em seus próprios países, violando a vida, promovendo desaparecimentos forçados, assassinato e prisão ilegal de milhares de cidadãos e cidadãs.

A América Latina deveria sim exportar defensores dos direitos humanos para o mundo, especialistas em saúde pública, educadores populares, jovens voluntários e militantes dispostos a trabalhar pela igualdade e pela justiça social. É o melhor que temos e que sempre tivemos. Contudo, ela tem exportado militares e policiais com a esperança de que algum dia a comunidade internacional reconheça o lugar que merecemos no controle da segurança e da paz do planeta.

O ex-presidente Néstor Kirchner, enquanto ocupava a Secretaria Executiva da UNASUR, criou em agosto de 2010 um escritório especial de coordenação da cooperação desse organismo com o Haiti, a Secretaria Técnica UNASUR-Haiti, cuja direção foi confiada a uma das grandes personalidades do campo dos direitos humanos latino-americanos, o embaixador argentino Rodolfo Mattarollo, que viria a falecer em junho do ano passado. O fato significou um importantíssimo avanço nas tradicionais formas de cooperação regional existentes até então. A partir dessa iniciativa, abriu-se um espaço de enorme valor para avançar nas ações regionais mais coordenadas e eficientes. Um âmbito como a Secretaria UNASUR-Haiti também criaria as condições para o necessário debate sobre os critérios normativos e técnicos que, a partir da cooperação desenvolvida com o país, contribuísse para definir melhores instrumentos legais e estratégias mais eficientes de ajuda

---

<sup>1</sup> Pessoa que vive em uma vila pobre, adjetivo que se refere à pessoa que mora nas vilas ou bairros pobres na Argentina e outros países da América Latina. (N. do T).

aos países da região em futuras situações de emergência. Em outro contexto, mas também em relação ao caso do Haiti, Xavier Castellanos e Sergio Ferrero Febrel fazem contribuições significativas sobre a necessidade de marcos regulatórios e normativos sólidos para que a ajuda internacional humanitária em situações de catástrofes seja eficiente. Essa é uma das contribuições que a UNASUR deveria dar ao Haiti, uma contribuição que estava implícita na proposta de uma Secretaria Técnica de cooperação com o país.

Cinco anos após o terremoto, o desafio continue de pé.

Embora a contribuição dessa iniciativa tenha sido muito importante, sua escala não deixa de evidenciar a necessidade de um compromisso muitíssimo mais amplo por parte da América Latina com uma das nações mais pobres e abandonadas do continente. Os membros da UNASUR instituíram um fundo de ajuda ao Haiti de 100 milhões de dólares. O relatório da Secretaria Técnica de 2012 mostrava a execução de projetos por um valor perto dos 7 milhões de dólares. O orçamento da MINUSTAH para o mesmo ano foi mais de 793 milhões de dólares. Para manter militares e policiais na ilha, além de um amplo exército de funcionários civis, foi gasto em um ano 113 vezes mais do que os países da UNASUR gastaram para o desenvolvimento no Haiti de projetos de saúde pública, assistência jurídica, agricultura familiar (como a excelente iniciativa do programa Pró-Horta promovida pela Argentina), a reforma do Código de Processo Penal, a formação de funcionários do poder judiciário, a promoção dos direitos humanos e a projeção de um pano de moradias populares, entre outros. A construção de um hospital com recursos do próprio organismo, inaugurado em homenagem ao Presidente Néstor Kirchner em junho de 2013, custou cerca de 700 mil dólares. Com o orçamento da MINUSTAH de 2012 poderiam ter sido construídos mais de 1.130 hospitais como esse. Os recursos aprovados pelas Nações Unidas para o período de julho de 2014 a junho de 2015 correspondem a 509.554.400 de dólares. Estimando a média orçamentaria da MINUSTAH em 600 milhões de dólares anuais, durante os últimos 10 anos foram gastos nas forças militares que ocupam a ilha cerca de 6 milhões de dólares. Com esses recursos poderiam ter sido construídos 3 mil hospitais, 2 mil escolas e poderia ter sido distribuída uma bolsa mensal de 50 dólares para os mais de dois milhões de haitianos e haitianas em situação de extrema pobreza durante três anos, o que significaria erradicar a pobreza extrema no Haiti. Se esse tipo de ajuda fosse considerada muito “populista”, certamente teria sido possível iniciar com esses recursos milhares de empreendimentos produtivos que gerariam emprego e bem-estar para milhões de haitianos. Nada disso foi feito. Esse dinheiro da comunidade internacional, e particularmente doado pelos governos latino-americanos, foi gasto em militares e po-

liciais que permanecem no país garantindo uma estabilidade que não é garantida; formando uma polícia que não é formada; promovendo a realização de eleições que não são realizadas; ampliando o acesso a direitos humanos que não são ampliados. O que de fato começou a se recompor no país é a rota do tráfico de drogas que pode voltar a transformar o Haiti em um dos circuitos mais dinâmicos de distribuição de narcóticos do Caribe para os Estados Unidos. Conhecendo os antecedentes de alguns do exército e das polícias latino-americanas no “combate” ao tráfico de drogas, não acredito que devamos confiar que o assunto será solucionado por essa via.

No Haiti, como em qualquer outro lugar, os exércitos custam caro. A pergunta é de que tipo de ajuda o país precisa hoje e em que medida tem sentido continuar investindo tantos recursos econômicos em uma força de segurança internacional cujo mandato é incerto e cuja presença continua enfraquecendo a sempre maltratada soberania haitiana.

O Caribe é um espelho no qual a América Latina nunca deveria deixar de se olhar. Em alguns casos, para encher-se de utopia. Em outros, para ter a coragem de não esconder as lágrimas de dor e vergonha que inundam nossa memória.

## VIZINHOS

O Haiti e a República Dominicana dividem uma mesma ilha do Caribe separada por 360 quilômetros de fronteira e muitas décadas de ódio.

Os grupos dominantes dos dois países têm alimentado e fortalecido um desencontro do qual sempre tiraram vantagens econômicas e políticas. As tensões, conflitos e enfrentamentos históricos entre esses dois pequenos países são a trágica evidência da inaptidão de suas elites para avançar de maneira conjunta em políticas de desenvolvimento que ampliem os níveis de bem-estar e justiça social que suas frágeis e quase sempre instáveis democracias nunca garantiram para as grandes majorias de qualquer dos lados da fronteira. Os Estados Unidos, que invadiram em diferentes ocasiões os dois países, sempre se beneficiaram dessa inimizade. Além disso, a permanente ruptura do diálogo e dos acordos entre eles revela o aspecto inocultável da incapacidade das nações latino-americanas para consolidar processos de integração e cooperação regionais que superem os conflitos endêmicos que se repetem sem solução de continuidade ao longo dos últimos séculos.

Dois países que compartilham um mesmo território, dois povos com uma mesma origem, porém separados pelo abismo produzido pela exploração humana, pela mesquinhez e por arbitrariedades políticas, pela violência e pelo desrespeito aos direitos humanos, pelas injustiças

e a negação de oportunidades aos mais pobres, algo que, nessa ilha do Caribe, quase todos são. O Haiti e a República Dominicana têm vivido separados pela prepotência de suas classes dominantes e suas longas ditaduras, pela conveniência dos Estados Unidos, bem como pela pouca capacidade da América Latina para estabelecer políticas de integração regional que sejam mais sólidas que meras declarações de boa vontade.

No dia 12 de janeiro de 2010 e nos dias seguintes ao terremoto que destruiu o Haiti, milhares de dominicanos e dominicanas se deslocaram para o outro lado da fronteira. Foram os primeiros a chegar a Porto Príncipe, oferecendo uma ajuda generosa e desprovida de interesses aos feridos, levando alimentos, roupas, materiais para reconstruir as casas, medicamentos e uma imensa solidariedade. Foi um movimento espontâneo e heroico que, como em muitos outros momentos da história, mostrou que os desencontros entre os dois países eram promovidos por seus grupos dominantes, e não por suas sociedades.

A classe política e o poder econômico dominicanos se esforçaram para mostrar um nível de generosidade que não foi muito capaz de esconder sua nada desinteressada pressão para participar ativamente no processo de reconstrução da ilha. Os desastres chamados “naturais” costumam ser, além de uma boa oportunidade para a hipocrisia, um excelente negócio para aqueles que prometem reconstruir o que a terra, o vento, as ondas, as epidemias ou a estupidez humana destruíram.

Depois de algumas fotos sobre os escombros, começaram as negociações e as discussões para que as empresas dominicanas intervissem no país, se beneficiando de alguns dos milionários contratos em dólares gerados pelo fluxo de recursos e as doações vindas da cooperação internacional. Como intermediárias, como construtores ou como responsáveis pelas obras, diversas empresas de engenharia dominicanas começaram a assumir algumas das obras realizadas no país, que ainda permanecia sob os escombros. A proximidade entre as duas nações favoreceu também a exportação de roupas, materiais de construção, medicamentos e alimentos. O Haiti é o segundo sócio comercial da República Dominicana, seguido dos Estados Unidos.

Como não poderia deixar de ser, o terremoto inicialmente teve um impacto negativo sobre o comércio entre os dois países. Com o passar do tempo, porém, embora tenha se reestabelecido pouco a pouco para a República Dominicana, não gerou nenhuma dinâmica de reativação comercial para a maltratada economia haitiana. O interesse em reconstruir o país e a declarada vontade de gerar mais e melhores oportunidades de desenvolvimento para os haitianos, por exemplo, deveria ter proporcionado um estímulo às exportações para a República Dominicana em algumas das precárias, mas ainda ativas, indústrias sobreviventes ao terremoto. Tratava-se, sem sombra de dúvida, de uma excelente oportunidade para

avançar no estabelecimento do sempre adiado acordo de livre comércio entre os dois países. Nada disso aconteceu. Quem visitar Porto Príncipe encontrará em seus supermercados uma grande variedade de produtos dominicanos, e também franceses, canadenses e norte-americanos. Mas, se ao contrário, a visita for a Santo Domingo, não serão encontrados produtos haitianos em nenhum supermercado. Certamente também não serão encontrados em um supermercado francês.

Quase sempre foi assim: quando os haitianos se dão mal, os outros se dão bem.

Uma das principais razões para a geração de conflitos entre esses países tem sido o deslocamento de haitianos para a República Dominicana, com o objetivo de trabalhar na indústria da construção ou no serviço doméstico. Os empresários e os setores políticos conversadores dominicanos acusam o Haiti de não controlar sua população, que se desloca clandestinamente pela fronteira para trabalhar no país vizinho. Sustenta-se, quase sem nenhum tipo de fundamento, o repetido argumento de que a força de trabalho haitiana, sem documentos e vítima de uma penúria crônica, tira os empregos da população dominicana, aceitando trabalhar por salários que não chegam a cem dólares mensais.

Poderia se supor que, em virtude das condições geradas pelo terremoto e diante da necessidade de reconstruir o país, as empresas de engenharia dominicanas que começaram a atuar no Haiti contratariam força de trabalho haitiana e, inclusive, promoveriam um processo de repatriação dos milhares de trabalhadores da construção haitianos que trabalham do outro lado da fronteira, permitindo-lhes agora uma oportunidade de emprego segura em sua própria terra. Mas isso também não aconteceu. Enquanto na República Dominicana trabalham milhares de haitianos em condições de semiescavidão, as empresas dominicanas de engenharia que atuam no Haiti contratam trabalhadores dominicanos. Os haitianos cruzam a fronteira sem documentos para trabalhar por salários miseráveis, enquanto, no sentido contrário, os dominicanos cruzam a fronteira legalmente para trabalhar nas obras realizadas pelas empresas de engenharia que participam da “reconstrução” do Haiti.

Os processos de mobilidade humana, assim como as tragédias “naturais”, quase sempre abrem oportunidades para bons, embora sórdidos, negócios.

Se por um lado as classes dominantes da República Dominicana sempre denunciaram os perigos da invasão haitiana, apelando para o nacionalismo xenófobo e humilhante contra a nação vizinha, por outro elas foram as principais beneficiárias do tráfico clandestino de força de trabalho em seu próprio país. Rafael Leónidas Trujillo, um dos tiranos mais abomináveis da história mundial, que governou a República Do-

minicana durante mais de 30 anos e assassinou mais de 50 mil pessoas, embora nutrisse o ódio pelos haitianos, era o maior traficante de força de trabalho clandestina em seu país. Trujillo se transformou em um dos maiores coronéis dominicanos, chegando a ser dono de boa parte da produção nacional de cana de açúcar, carne, arroz e tabaco. Seu governo despótico o transformou em um dos homens mais ricos do mundo, dono de mais de uma centena de empresas. Trujillo odiava o Haiti. No chamado “Massacre da Salsinha” ele mandou exterminar mais de 30 mil haitianos e haitianas que viviam na República Dominicana.

Contudo, Trujillo se beneficiava amplamente do regime de exploração que mantinha na miséria e na clandestinidade milhares de camponeses haitianos que trabalhavam em suas grandes extensões de terra.

O ódio das elites dominicanas pelo Haiti costuma ser diretamente proporcional às fortunas que as famílias, as corporações, os conglomerados e empresas desse país acumularam explorando haitianos sem documentos.

É o que o pesquisador dominicano Matías Bosch denomina “**o negócio do ódio**”, um sistema que beneficia os grandes grupos econômicos e prejudica os mais pobres em ambos os países. Matías é diretor da Fundação Juan Bosch, seu avô, que foi um grande democrata, escritor e presidente dominicano, derrubado por um regime militar em 1963.

A poucos meses do terremoto de 2010, diversos deputados e representantes políticos dominicanos conservadores, em particular alguns representantes da reacionária Força Nacional Progressista (FNP) propuseram a construção de um muro separando os dois países. A Comissão de Fronteiras da Câmara dos Deputados dominicana analisou e propôs diversos projetos de lei que permitiram avançar nessa direção.

Um muro para separar a ilha, para isolar haitianos e dominicanos. Um muro de 360 quilômetros para enterrar o sonho da unidade latino-americana, um muro para edificar o desencontro entre um país pobre que os ricos e famosos do mundo conhecem por suas praias e resorts e outro país pobre que os ricos e famosos do mundo conhecem pela pena que dele sentem. Um muro para dividir dois povos com a mesma origem e a mesma história de opressão e desprezo pelos direitos humanos.

Há tantas coisas para construir no Haiti e a direita dominicana só pensa em construir um muro na fronteira para separar os dois países: tijolo sobre tijolo, mostrando o tamanho de sua cruel insensibilidade cinco anos após o terremoto.

Não deixa de ser curioso que os argumentos para justificar semelhante aberração sejam a imigração ilegal, o tráfico de pessoas e o narcotráfico promovido aparentemente pelos haitianos. A solução do

muro não só parece desconhecer o fato de que a imigração ilegal haitiana entra na República Dominicana pelas fronteiras legais (por um dos dois únicos portões de fronteira existentes), mas que também é encoberta e promovida pelas forças policiais e militares, assim como pelos grupos econômicos que dela se beneficiam. A ideia de um muro separando os dois países nos dá uma ideia bastante exata do grau de desprezo e humilhação que as oligarquias sentem pelos haitianos. Um desprezo e uma humilhação que o terremoto de 10 de janeiro de 2010 tornou ainda mais profundos.

“Todo esse discurso anti-imigratório é interessante — afirma Matías Bosch — considerando que a democracia dominicana tem mais expatriados sociais e econômicos do que a tirania. Hoje, cerca de 2 milhões de dominicanos vivem fora do país. A grande maioria é mão de obra barata nos Estados Unidos, Porto Rico ou Espanha, ou exercem a prostituição na Argentina, na Holanda ou na Itália”. Bosch acrescenta que em seu país, como em tantos lugares, “todo discurso racista e xenóforo permite que o olhar se desloque para o que é menos importante”. O ódio pelo Haiti tem um claro objetivo político na República Dominicana e se aprofunda diante dos cenários eleitorais ou das variações de temperatura na conjuntura local.

O terremoto do dia 12 de janeiro de 2010, longe de contribuir com uma maior aproximação entre os dois países, afastou-os ainda mais.

Mas talvez isso não seja o mais grave.

Assim como indicamos em nossa publicação do dia 12 de outubro de 2013, *A Persistência do Massacre da Salsinha*, o Tribunal Constitucional Dominicano ditou a Sentença 168/2013 mediante a qual determina as condições do exercício do direito de nacionalidade dos dominicanos. O detonador da sentença foi a ação de uma jovem, Juliana Deguís, a quem foi negado seu título de eleitor por considerar que sua certidão de nascimento apresentava irregularidades. Juliana havia nascido na República Dominicana, mas, da perspectiva do tribunal, o fato de ser filha de imigrantes haitianos, trabalhadores camponeses que se encontravam no país algumas décadas antes do nascimento de sua filha, não podia gozar desse direito. A negação da cidadania a uma jovem nascida no país em 1984 causou grande repercussão internacional, além de um enorme repúdio por dezenas de organizações internacionais de direitos humanos. A UNICEF considerou que a medida teria “consequências devastadoras”. “A decisão contradiz inúmeras decisões de tribunais e de tratados dos quais a República Dominicana faz parte, e viola os princípios básicos dos direitos humanos”, afirmou categoricamente o órgão da ONU.

Na interpretação do Tribunal Constitucional Dominicano, os haitianos residentes no país há décadas são estrangeiros em trânsito,

portanto seus filhos e filhas, que sempre foram dominicanos e têm uma certidão de nascimento que assim testifica, deveriam perder a cidadania, passando à condição de imigrantes em situação irregular.

Enquanto o mundo ainda procurava encontrar respostas para como contribuir para superar a catástrofe humanitária vivida no Haiti, o superior tribunal constitucional dominicano refinava suas técnicas jurídicas para expulsar dominicanos, acusando-os de serem haitianos sem documentos, mesmo que tenham nascido 20 ou 30 anos atrás nesse mesmo lado da fronteira. A decisão do tribunal privou de sua cidadania a mais de 200 mil dominicanos como Juliana Deguís. Nos últimos 30 anos, a República Dominicana expulsou cerca de 50 mil haitianos, sem preservar as mínimas garantias de direitos aos imigrantes, estabelecidas internacionalmente.

Em sua sentença de 28 de agosto de 2014, a Corte Internacional de Direitos Humanos condenou a República Dominicana pela expulsão sumária de 26 haitianos e dominicanos de pais haitianos, entre 1999 e 2000. Além disso, considerou que a decisão do Tribunal Constitucional violava o “direito à nacionalidade”. O governo dominicano rejeitou veementemente a condenação, o que levou a Corte Interamericana a considerar o país em desacato.

“Se cada Estado tivesse a última palavra sobre como interpreta o sentido e o alcance de suas obrigações internacionais, o Direito Internacional não teria nenhum sentido”, afirmou o relator da Corte Interamericana para direitos das populações migrantes.

A réplica dominicana não tardou e pela Sentença N° 256 de 4 de novembro de 2014, o próprio Tribunal Constitucional determinou a “inconstitucionalidade” da ingerência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no país, questionando assim a legalidade da condenação e sua negativa em aceitá-la. O Tribunal que deve cuidar nada menos do que dos assuntos constitucionais da República Dominicana não só violava assim o direito internacional, mas também ignorava nada menos do que o sistema interamericano de direitos humanos e sua competência sobre o país, determinada pela aprovação da Convenção Americana de Direitos Humanos por parte de seu próprio Congresso Nacional, em 1977, e pelo Instrumento de Aceitação da Competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos que havia sido assinada pelo presidente dominicano Leonel Fernández, em 19 de fevereiro de 1999. O Tribunal Constitucional dominicano considerará que o Instrumento de Aceitação é inconstitucional, já que não foi devidamente ratificado pelo Congresso Nacional, o que tornaria inócua qualquer resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos no país.

“Tal é o ódio pelos haitianos, que eles simplesmente desprezaram nosso sistema de direitos humanos e o pisotearam mais uma vez,

quando deveríamos nos valer dele como um eficaz mecanismo para o fortalecimento da democracia no continente”, declarou um diplomata com longa experiência na Organização dos Estados Americanos, a OEA, quando consultei sua opinião sobre o assunto.

O Haiti e a República Dominicana estão unidos por uma pequena fronteira, mas sua convivência está separada por um abismo de arbitrariedade, abusos e desprezos comuns.

Passaram-se cinco anos desde o terremoto que dizimou o presente do Haiti. As elites conservadoras da República Dominicana, personificadas em seus tribunais, seus representantes políticos conservadores, sua imprensa reacionária, seus empresários inescrupulosos, seus dirigentes racistas e xenófobos, contrasta com o sentimento de irmandade e solidariedade que grande parte do povo dominicano sente pelo Haiti e os haitianos.

Passaram-se cinco anos desde o terremoto, e hoje, mais do que nunca, precisamos de uma América Latina ativa, unida e comprometida com as grandes decisões e ações que poderão ajudar o Haiti a construir um futuro de dignidade, justiça e igualdade.

Enquanto isso, chegam pelo mar soldados e policiais, que pouco ou nada contribuem com a necessária estabilidade institucional democrática do país. Do mar chegam os tecnocratas do Banco Mundial com suas soluções de gabinete, que não servem nem nunca serviram para combater as causas que produzem a miséria e a injustiça no Haiti ou em qualquer lugar do planeta. Do mar chega uma cooperação internacional cada vez mais limitada, impotente e cujos recursos estão se esgotando, da qual somente algumas empresas parecem tirar proveito, diante do olhar indignado ou, muitas vezes, indiferente dos haitianos e dos que dizem estar preocupados com eles. Do mar vem um ilusório canto de sereia que promete soluções fáceis para problemas complexos, tentando ocultar a ganância que amplifica o tormento e o sofrimento humanos.

Enquanto isso, pela fronteira chegam ao Haiti maus-tratos e muros, insultos e sentenças jurídicas absurdas.

Cinco anos após o terremoto, o Haiti continua cercado pela miséria, pelo desprezo e pela humilhação. Cercado pela dor.



A presente obra foi publicada em acesso aberto e gratuito. Pode ser descarregada livremente e sem custo, preservando as regras da sua licença aberta. O livro contou o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, FAPERJ.

Conhecimento público, conhecimento aberto, conhecimento livre.

Fevereiro, 2016

Esse livro reúne alguns artigos e crônicas que escrevi durante os últimos anos sobre o Haiti. Trata-se de uma visão pessoal, ainda que informada e documentada, sobre o desastre social, político, educacional e econômico que viveu historicamente o país, e que se aprofundou com o terremoto de 2010. O Haiti é um dos espelhos onde se reflete o passado e o futuro do continente americano, a imagem, de longe sempre distorcida, da primeira nação independente do Caribe e da América Latina, o berço da soberania e da liberdade latino-americanas. Uma nação onde os escravos e as escravas semearam a terra de liberdade e cuja impertinência nunca foi perdoada pelas nações mais poderosas do planeta. Essas mesmas nações que depredaram seus recursos, roubaram suas riquezas, destruíram suas ilusões, massacraram sua população e deixaram suas estruturas corroídas e enferrujadas, prontas para se transformar numa montanha de escombros, assim que a terra tremer. Uma nação com uma classe política quase sempre corrupta, indolente, alheia ao sofrimento do seu povo. Uma nação sem nação nem cidadãos. Uma nação de dor. Uma dor que precisa de solidariedade, mas também de compreensão para evitar que o ciclo de destruição se repita cada vez que a terra treme e cada vez que os poderosos se organizam para acabar com ela.

**Pablo Gentili** é doutor em educação pela Universidade de Buenos Aires. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq. É autor e organizador de mais de 30 livros no campo das políticas educacionais, os estudos sobre desigualdade, pobreza e exclusão social na América Latina. Coordena o Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais, OLPEd.

